



José Pedro Oliveira Marcelino

LEGITIMIDADE E LIMITES DO REEMBOLSO SOCIETÁRIO
NO CONTEXTO DO *D&O INSURANCE*

Dissertação com vista à obtenção do
grau de Mestre em Direito e Gestão

Orientadora:

Doutora Margarida Lima Rego,

Professora da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Junho de 2017

DECLARAÇÃO ANTIPLÁGIO

Declaro por minha honra que esta dissertação é da minha exclusiva autoria e que toda a utilização de contribuições ou textos alheios está devidamente referenciada.

O candidato,

(José Pedro Oliveira Marcelino)

Lisboa, 15 de Junho de 2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Doutora Margarida Lima Rego pela sua orientação, total apoio e disponibilidade ao longo da realização deste trabalho.

Agradeço à minha família por todo o apoio concedido, em particular à minha mãe, pelo especial empenho e dedicação com que se envolveu neste projeto.

O corpo da dissertação, incluindo espaços e notas, ocupa um total de 150 375 caracteres.

RESUMO

Os administradores das sociedades, no decorrer das suas funções, estão sujeitos a um constante risco de surgimento, na sua esfera jurídica, de obrigações de indemnizar terceiros. Os montantes despendidos pelos administradores no cumprimento destas obrigações são garantidos pela “Cobertura A” do seguro de responsabilidade civil dos administradores ou *D&O Insurance*. À cobertura do reembolso societário, isto é, os valores que os administradores desembolsam mas que devem onerar o património da sociedade em si, corresponde a “Cobertura B”. As protecções conferidas pelo *D&O Insurance* são desejáveis pela natureza do cargo que os administradores desempenham, muito pelo considerável impacto que qualquer decisão tomada pode vir a ter, e que torna os administradores um alvo frequente de acções de responsabilização. Agindo os administradores de forma contrária aos ditames da boa-fé ou contra os interesses da sociedade, não se levantam dúvidas de que devem responder pelos seus actos. No entanto, é comum o apuramento da responsabilidade não ser suficiente, pois é necessário proteger as legítimas pretensões das pessoas ou entidades lesadas por estes administradores, tornando-as indemnes, e para que tal aconteça, o património pessoal dos administradores é, não raras vezes, insuficiente. Por outro lado, é também frequente serem intentados processos judiciais contra os administradores que agem no cumprimento dos seus deveres fundamentais. Nestas circunstâncias, mesmo que os administradores acabem por ser ilibados, terão já tido a necessidade de dar mão de elevadas somas. É por isso necessário que os administradores sintam que o seu património não será posto em causa mesmo que trabalhem de forma competente e honesta. Desta forma, é fulcral que o reembolso societário se solidifique na *praxis* societária e que, não sendo feita prova de que o administrador demandado incumpriu com os deveres inerentes ao cargo, os prejuízos em que incorra devem ser suportados pela sociedade. Querendo a sociedade transferir este risco para um segurador, deverá incluir, na apólice de *D&O Insurance* contratada a favor do administrador, a referida cobertura que incide, precisamente, sobre o reembolso societário. Tornando-se prática comum, o funcionamento em conjunto destas figuras transmitirá uma maior segurança ao trabalho dos administradores e das sociedades em geral, constituindo simultaneamente um inegável contributo para o desenvolvimento da economia e para o bom funcionamento da justiça.

ABSTRACT

Directors and officers of companies have to deal with the constant risk of having to reimburse others for decisions made or actions taken. The amounts that they are required to spend in this regard can be covered by D&O Insurance's Side A. Side B, on the other hand, covers corporate reimbursement - the losses suffered by the director from claims made that are covered first-hand by the company itself because the director wasn't acting in violation of his fiduciary duties. The protection offered by D&O Insurance policies is of the utmost importance due to the very nature of a director or officer's responsibilities. Because of the impact that a director's actions usually represents, they are very frequently the target of lawsuits and other forms of litigation. If a director or officer acts in bad faith against the interests of the company he is supposed to lead, he should be made personally liable and take responsibility for his actions. Unfortunately, this is usually not enough because the director's personal wealth is not so large that it can pay for all the damages his actions have caused. It is also common that lawsuits are filed against directors that haven't breached any of their duties, but damages are pursued nonetheless. Under these circumstances, even if the directors are eventually acquitted, by that time they will have already spent astronomical sums from defense costs alone. It is for that reason that directors must be assured that they will not be punished for fulfilling their obligations in a competent, righteous and honest way. It is crucial that corporate reimbursement becomes common practice so that the director is only made personally liable if it is proven that he has violated his aforementioned fiduciary duties, otherwise those damages should be reimbursed by the company. Should the company decide that having to cover these indemnifications is too costly or too risky, they should guarantee that the D&O policy they purchase on behalf of their directors and officers includes Side B coverage. Corporate reimbursement and D&O's Side B offer complementary protection, and together they are surely fit to make directors and companies feel more secure in their dealings and day-to-day activities, which in turn will contribute greatly to both economic success and the pursuit of justice.

1. Introdução

Sobre o normal desempenhar das funções do administrador da sociedade anónima paira um inescapável risco, que é o do surgimento de despesas e prejuízos no seu próprio património. Estes custos podem assumir muitas formas distintas, mas de um modo geral materializam-se sob a forma da obrigação de indemnizar terceiros. Sendo o administrador a face da empresa, e a figura a quem incumbe a tarefa de levar os destinos desta a bom porto, é naturalmente ao seu nome que se associam, de forma mais directa, os bons resultados da mesma. Quando tal acontece, a empresa é obviamente a primeira beneficiada, mas a pessoa do administrador também colhe frutos, vendo a sua reputação crescer em proporção directa. O inverso é, no entanto, igualmente verdade, pois quando os resultados ficam aquém do esperado, ou do necessário, é natural que seja ao administrador que, pelo menos em primeira mão, sejam pedidas satisfações, muito embora a responsabilidade directa possa não ter sido sua – e tal facto não é passível de ser averiguado a olho nu, pois são inúmeros os factores que podem influir no sucesso ou no fiasco financeiro de uma empresa. O papel do administrador não pode nem deve, evidentemente, ser desprezado, mas mesmo os seus bons ofícios podem ser deitados por terra por algo tão fora do seu controlo como, a título de exemplo, uma conjuntura económica desfavorável, um intervencionismo estatal danoso ou mesmo uma medida imposta por deliberação dos sócios.

Estas expectativas e riscos são, ou pelo menos devem ser, do conhecimento do administrador quando aceita assumir o cargo. O sucesso de uma empresa, na economia capitalista moderna, mede-se pela sua capacidade em gerar lucro, que será tanto maior quanto a disponibilidade do administrador para tomar decisões audazes, apoiadas pela melhor recolha possível de informação e pela preocupação suma com os melhores interesses da empresa. Não se pretende, portanto, que esta audácia se traduza em desleixo ou em irresponsabilidade. Mas mesmo o melhor administrador, agindo de forma diligente e de boa-fé, sabe que nem só dos seus esforços depende a apresentação de bons resultados aos restantes *stakeholders*. Fracassando na sua missão, o administrador está sujeito a que contra ele sejam intentadas acções de responsabilidade. Estas acarretam custos, independentemente do seu desfecho, e este pode traduzir-se no encargo adicional, ainda mais pesado, de ser obrigado a indemnizar a companhia ou, eventualmente, terceiros.

O objectivo deste estudo é determinar quais dessas despesas devem representar encargos para o património pessoal dos administradores, quais devem onerar o património da sociedade em cujo benefício os administradores desempenham as suas funções e qual o

contributo das coberturas oferecidas pelo seguro de responsabilidade civil dos administradores, mais conhecido por *D&O Insurance*, na determinação de quem deve, efectivamente, suportar esses encargos. A metodologia da investigação será centrada na interpretação de textos doutriniais, nacionais e estrangeiros.

Essencial para o trilhar deste caminho será, em primeiro lugar, a análise individual do *D&O Insurance*. Serão apresentadas as suas características essenciais e será percorrida a sua evolução histórica, desde a génese da figura até aos dias de hoje. Será também feita referência à dinâmica entre o segurador, o tomador do seguro e o segurado no contexto específico deste seguro e, depois de uma exposição sobre as diferentes coberturas oferecidas, estará chegada a altura de abordar o tema do reembolso societário, procurando descortinar o papel deste instituto na relação patrimonial entre as sociedades anónimas e os administradores que as dirigem. Serão exploradas as suas razões de ser, os princípios pelos quais se rege e o papel que este instituto desempenha na ordem jurídica portuguesa. As duas figuras são distintas, mas possuem entre si pontos de contacto, e procurar-se-á saber o que as separa, o que as une, e de que forma esta relação pode influir na protecção do património dos administradores das sociedades anónimas quando estes são demandados em consequência do exercício das suas funções.

2. O seguro de responsabilidade civil dos administradores ou *D&O Insurance*

2.1. Caracterização

O seguro de responsabilidade civil dos administradores, ou como é conhecido internacionalmente, *Directors' and Officers' Liability Insurance*, ou de forma simplificada, *D&O Insurance*, é um seguro que protege o administrador, ou a própria sociedade, contra indemnizações que lhe possam ser exigidas a título de responsabilidade civil e que surjam em resultado do desempenho das suas funções¹. Tem por objecto, portanto, o pagamento pela seguradora dos valores desembolsados pelos administradores em consequência de acções relacionadas com o cumprimento das suas funções, ao mesmo tempo que evita que os danos causados a terceiros fiquem sem reparação e que gastos avultados com custos de defesa e verbas indemnizatórias conduzam a empresa ou o património pessoal do administrador à ruína². Destina-se, portanto, a ser integrado na vida das sociedades e a cobrir riscos associados à responsabilidade civil dos seus administradores.

É crucial ter presente que o seguro de que falamos é, como a sua própria designação indica, um seguro de responsabilidade civil. Neste tipo de seguro, o risco corresponde à “constituição no património do segurado de uma obrigação de indemnizar terceiros” (art. 137.º do Regime Jurídico do Contrato de Seguro, doravante RJCS), o que equivale a dizer, de forma mais pormenorizada, que este risco consiste na emergência inesperada no património do segurado de uma obrigação de indemnizar, resultante de um comportamento adoptado que causou um prejuízo a outrem. A lei impõe ao autor deste comportamento a obrigação de reparar os danos causados por forma a tornar o lesado indemne, isto é, na situação em que estaria sem o dano que sofreu (arts. 483.º e 562.º do Código Civil, doravante CC). O seguro de responsabilidade civil, enquanto ramo autónomo de seguro, surgiu como resposta do mercado segurador a uma necessidade de protecção quanto ao risco de uma qualquer pessoa (singular ou colectiva) vir a estar na situação em que um comportamento seu causou um dano a outrem, ou seja, o risco de ser civilmente responsável e consequentemente titular, na sua esfera jurídica, da obrigação de reparar danos, sejam eles patrimoniais ou não patrimoniais, causados a um ou vários terceiros lesados. A obrigação de ressarcir o terceiro lesado pode colocar o sujeito civilmente responsável numa situação

¹TOM BAKER, *Insurance Law and Policy*, pág. 493.

²C. B. LOURENÇO DE FARIA, *O Seguro D&O e a Protecção ao Património dos Administradores*, págs. 61 e 62.

económico-financeira de tal forma desvantajosa que implique ruína pessoal ou, simplesmente, incapacidade para indemnizar por falta de meios. Assim, o seguro de responsabilidade civil cumpre dois objectivos essenciais: garantir que o terceiro lesado é indemnizado, uma vez que os danos por si sofridos são ressarcidos pela empresa seguradora; e assegurar que o eventual responsável cível – o segurado – não sofre um prejuízo tão grave no seu património que deixa de dispor de meios suficientes para cumprir a obrigação de indemnizar, nem entra em situação de insolvência. O seguro de responsabilidade civil geral está interligado com o instituto jurídico da responsabilidade civil, pelo que engloba um conjunto diverso de riscos, relacionados nomeadamente com o exercício de uma actividade (empresarial, agrícola ou comercial, por exemplo), com a prática de uma profissão (por exemplo, médico, arquitecto ou advogado), com riscos particulares (como dos pais em relação aos filhos menores), com a propriedade de um bem (como seja uma moradia), assim como pode consistir numa protecção a nível dos danos decorrentes da responsabilidade civil pré-contratual, contratual e extracontratual, seja ela subjectiva (baseada na culpa) ou objectiva (baseada no risco, tendo neste caso carácter excepcional nos termos do n.º 2 do artigo 483.º do CC)³.

O seguro de responsabilidade civil dos administradores surge de uma necessidade de proteger estes últimos, e outros dirigentes das sociedades, contra os riscos emergentes do sistema de responsabilidade civil pelos actos praticados no exercício do cargo. Ao integrar o órgão de administração de uma sociedade, a pessoa e o património do administrador ficam expostos a elevados riscos, tais como, a título de exemplo, penas criminais principais e acessórias, condenação no pagamento de coimas, reversão tributária, destituição do cargo com justa causa, decisões de inhabilitação ou inibição para o exercício do comércio ou obrigação de indemnizar lesados⁴. Para além disto, mesmo que o administrador não seja responsabilizado por não incorrer em nenhum acto ilícito no exercício do cargo, a sua posição sujeita-o, por inerência, a um “risco de processo”, que se traduz na elevada frequência com que o administrador pode ser demandado, ainda que as lides sejam infundadas. Este risco pode ser especialmente intenso em épocas de recessão económica, por haver accionistas descontentes com os resultados, trabalhadores insatisfeitos com as medidas de gestão, credores que imputam a insolvência da sociedade à má-gestão, ou porque o Fisco,

³R. FERREIRA DA SILVA, *Do Contrato de Seguro de Responsabilidade Civil Geral*, págs. 101 e ss.; C. A. MOTA PINTO, *Teoria Geral do Direito Civil*, págs. 128 e ss.

⁴M. ELISABETE GOMES RAMOS, *O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores*, pág. 63.

perante o incumprimento fiscal da sociedade, desencadeia a reversão do processo de execução fiscal, previsto no art. 23.º da Lei Geral Tributária. Sem qualquer espécie de protecção, o administrador teria de suportar os pesados custos de defesa de todos os processos contra ele instaurados, independentemente de vir a ganhar ou perder. Nestas condições, apenas os indivíduos mais imprudentes assumiriam cargos de administração, o que teria óbvios efeitos nefastos⁵.

Antes da autonomização e vulgarização do *D&O Insurance* na *praxis* societária, a protecção jurídica dos administradores encontrava-se já assegurada em certa medida pela *business judgement rule*, que consiste numa regra de limitação da sindicabilidade judicial das decisões empresariais. De criação norte-americana, esta regra impede que os tribunais se pronunciem sobre o mérito das decisões de gestão desde que estas tenham sido tomadas em cumprimento de um *duty of care* (dever de cuidado) e de um *duty of loyalty* (dever de lealdade). O dever de cuidado exige que o administrador tome as decisões de gestão de um modo informado, assente sobre um processo deliberativo documentado, ao passo que o dever de lealdade proscreve os conflitos de interesses⁶. Ao cumprirem estes deveres, que encontram correspondência no ordenamento jurídico português, nos deveres previstos no n.º 1 do art. 64.º do Código das Sociedades Comerciais⁷ (CSC) os gestores vêm as suas decisões ganhar imunidade à apreciação judicial. No fundo, este mecanismo de protecção dos administradores consiste na presunção de que, ao terem adoptado uma decisão empresarial, estes actuaram em termos informados, de boa-fé e na convicção honesta de que a acção prosseguida foi no melhor interesse da sociedade⁸. Entre nós, a *business judgement rule* encontra-se plasmada no art. 72.º, n.º2, do CSC, que dispõe que a responsabilidade dos administradores ou gerentes da sociedade por uma decisão empresarial é excluída se estes provarem que esta foi tomada “em termos informados, livre de qualquer interesse pessoal e segundo critérios de racionalidade empresarial”.

A *business judgement rule*, apesar de criar uma forte presunção a favor dos administradores, nunca foi suficiente para os tranquilizar em pleno, pois apesar do

⁵M. ELISABETE GOMES RAMOS, Reembolso Societário, in *Direito das Sociedades em Revista*, II Congresso, pág. 378.

⁶P. PAIS DE VASCONCELOS, *D&O INSURANCE*: O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores e outros Dirigentes da Sociedade Anónima, pág. 9.

⁷A. L. DIAS PEREIRA, *Direito Comercial das Empresas*, págs. 151 e 152.

⁸P. CAETANO NUNES, *Dever de Gestão dos Administradores de Sociedades Anónimas*, págs. 303 e ss.

funcionamento desta regra de protecção, os administradores continuavam sujeitos a pedidos de indemnização e a custos de litigância extremamente elevados e em muitos casos mesmo proibitivos. O *D&O Insurance* veio assim complementar a *business judgement rule*, cobrindo a parte da responsabilidade que esta deixa ainda nos administradores. Em conjunto, vão fornecer aos administradores as condições de protecção que estes consideram mínimas para aceitarem exercer o cargo sem o temor constante das pesadas consequências dos inúmeros riscos a que se encontram sujeitos. Este sistema pode ser, naturalmente, criticável por proporcionar uma protecção excessiva e, consequentemente, vir a fomentar imprudência e uma assunção excessiva de riscos na gestão. No entanto, do lado oposto a este argumento pode dizer-se que, sem esta protecção, só indivíduos muito imprudentes aceitariam cargos de administração, o que se traduziria num forte incremento de risco para o sistema como um todo⁹. A protecção conferida por este seguro, assim como a própria *business judgement rule*, são tidas como instrumentais para as sociedades atraírem a si os gestores profissionais mais capazes. Uma boa gestão comporta, necessariamente, a assunção de um certo risco. Se os gestores não temerem totalmente este risco, sendo para isso fulcral que estejam protegidos contra uma parte significativa das suas consequências patrimoniais, ficam as sociedades a ganhar, e ganhando o conjunto das sociedades, fica beneficiada a economia como um todo. O *D&O Insurance* integra, hoje em dia, o pacote de remuneração de muitos executivos, sendo que é comum a contratação do seguro ser exigência para a assunção do cargo.

O seguro de responsabilidade civil dos administradores é hoje parte da realidade portuguesa, e chega até nós, dotado de um acervo de características estabilizadas no seu percurso internacional. Ao integrar-se na ordem jurídica portuguesa, o *D&O Insurance* é confrontado com as especificidades do direito nacional e, inevitavelmente, estabelece-se um confronto entre, por um lado, a tipicidade social deste seguro e, por outro, as normas e princípios jurídicos a ele aplicáveis¹⁰.

Não existe, no ordenamento jurídico português, um regime jurídico básico do seguro de responsabilidade civil dos administradores, nem tão-pouco existem normas que habilitem de forma expressa a sociedade a contratá-lo por conta dos administradores. Este silêncio legislativo não retira, no entanto, relevância ao seguro de responsabilidade civil dos

⁹P. PAIS DE VASCONCELOS, *D&O INSURANCE: O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores e outros Dirigentes da Sociedade Anónima*, pág. 14.

¹⁰M. ELISABETE GOMES RAMOS, *O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores*, págs. 303 e 304.

administradores enquanto problema jurídico, nem implica um obstáculo incontornável à análise detalhada desta figura. É possível retirar critérios normativos aplicáveis a este seguro de vários elementos do sistema jurídico, como por exemplo a legislação sobre os seguros, sobre a responsabilidade civil, sobre as sociedades, a jurisprudência, a doutrina e os próprios critérios gerais das apólices de seguro de responsabilidade civil dos administradores. Estes últimos, em Portugal, estipulam a garantia do pagamento das indemnizações devidas pelos administradores-segurados a terceiros (designada por Cobertura A). No entanto, e seguindo os *standards* internacionais, englobam também outras garantias, como a que cobre os gastos efectuados pela sociedade, ao indemnizar os seus administradores (conhecida como Cobertura B). A isto equivale dizer que, através desta garantia, o segurador obriga-se a reembolsar a sociedade pelas quantias que esta tenha pago aos seus administradores demandados por factos geradores de responsabilidade civil. Em Portugal verifica-se esta dualidade de coberturas nas condições de algumas apólices de seguro, que podem cobrir ainda outros riscos adicionais, como por exemplo responsabilidades de administradores, directores e gerentes de entidades externas, custos de investigação, despesas de defesa e despesas de reabilitação de imagem pública¹¹. Sobre as diferentes coberturas associadas ao *D&O Insurance* falaremos em maior detalhe num capítulo posterior.

2.2. Evolução histórica

2.2.1. Primeiros passos

O *D&O Insurance* surgiu pela primeira vez nos Estados Unidos da América, introduzido pelo *Lloyd's of London* (mercado de seguros britânico) na sequência do *crash* da bolsa nova-iorquina de 1929¹². Prejudicados com a perda do valor das suas acções e com a falência das sociedades em que haviam investido, muitos accionistas pretendiam, compreensivelmente, ser indemnizados¹³. Assim, foram promulgados o *Securities Act* de 1933 e o *Securities Exchange Act* de 1934, relativos ao controlo das emissões, ao exercício

¹¹M. ELISABETE GOMES RAMOS, O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores, pág. 58 e pág. 306 e ss.

¹²C.B. LOURENÇO DE FARIA, O Seguro *D&O* e a Protecção ao Património dos Administradores, pág. 64.

¹³P. PAIS DE VASCONCELOS, *D&O INSURANCE: O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores e outros Dirigentes da Sociedade Anónima*, pág. 13.

no mercado e à protecção dos investidores. Estes diplomas estimularam a procura de um seguro que protegesse os administradores da responsabilidade pela eventual violação dos preceitos neles contidos. Foi ainda em 1934 que o *Lloyd's* elaborou a primeira apólice de *D&O Insurance* para as sociedades americanas *Flinkote Corporation* e *Federated Department Stores*, com o propósito de cobrir as responsabilidades dos administradores e outros dirigentes perante os accionistas¹⁴.

Apesar de ter tido a sua génese na década de trinta do séc. XX, a contratação do *D&O Insurance* no mercado norte-americano só se tornou comum na década de sessenta, e foi necessário esperar até aos anos setenta para se assistir a um desenvolvimento assinalável deste seguro e da sua procura. Até esta altura, a procura era escassa, uma vez que as acções contra os administradores eram raras e só muito esporadicamente bem sucedidas. No entanto, a procura veio a florescer em consequência de um aumento da litigância contra os administradores, motivada pela recessão económica que na época se fazia sentir e que deu origem, por sua vez, a uma crise financeira grave nas seguradoras e resseguradoras especializadas neste tipo de produto. Por ter sido alvo de uma procura baixa durante tantas décadas, os prémios estavam muito baixos e as coberturas eram muito generosas. Quando começou a ser muito solicitado, o sistema teve dificuldade em responder de forma eficiente, mas foi-se assistindo posteriormente a um aumento generalizado dos prémios¹⁵.

As primeiras apólices oferecidas no mercado segurador levantaram dúvidas junto da doutrina norte-americana por integrarem coberturas consideradas violadoras dos limites impostos à liberdade de estipulação contratual (limites de *public policy*). Estava em discussão se as coberturas do *D&O Insurance* poderiam fazer diluir o efeito preventivo da responsabilidade civil ao cobrirem, designadamente, danos insusceptíveis de ser objecto de *corporate indemnification* (reembolso societário), ou seja, perdas patrimoniais sofridas pelos administradores, em consequência de acções de responsabilidade contra si intentadas com base nos resultados da sua actividade profissional, legalmente insusceptíveis de ser reembolsadas pela sociedade. Para além disto, por se considerar que o *D&O Insurance* cobria actos intencionais, ao invés de cobrir actos fortuitos como nos seguros mais tradicionais, temia-se pela sustentabilidade do sistema segurador. Apesar de se ter resolvido

¹⁴M. ELISABETE GOMES RAMOS, O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores, pág. 58 e pág. 254 e ss.

¹⁵TOM BAKER, *Insurance Law and Policy*, pág. 493; P. PAIS DE VASCONCELOS, *D&O INSURANCE: O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores e outros Dirigentes da Sociedade Anónima*, pág. 13.

a questão relativa à cobertura de danos excluídos do âmbito do reembolso societário através da permissão expressa concedida por algumas legislações estaduais norte-americanas, como foi o caso da lei do Delaware, as interrogações em torno da violação dos limites impostos pela *public policy* não desapareceram. Apesar disto, o mercado de *D&O Insurance* não parou de crescer, motivado também por um movimento legislativo que veio permitir que fossem as próprias sociedades a pagar o prémio do seguro. A possibilidade de uma sociedade contratar o *D&O Insurance* a favor dos seus administradores é, hoje em dia, banal na legislação norte-americana, sendo permitido pelos *Principles of Corporate Governance* (PCG, section 7.20) e pelo *Model Business Corporation Act* (MBCA, § 8.57), independentemente de os factos cobertos pelo seguro poderem ser, ou não, objecto de reembolso societário¹⁶.

2.2.2. Evolução da posição do tomador e dos riscos cobertos

O *D&O Insurance* era, no início, um seguro contratado directamente pelo administrador com a seguradora. Mediante a contratação deste seguro, o administrador pretendia cobrir o risco que sobre ele impendia de eventualmente ser condenado a indemnizar a sociedade. Em vez de ser ele a suportar este risco, transferia-o para uma seguradora, suportava o respectivo prémio e protegia desta forma os seus interesses. Nesta fase inicial, o administrador era simultaneamente tomador e segurado. No entanto, e como já foi referido, o mercado do *D&O Insurance* foi sofrendo uma expansão. Com a crescente divulgação deste tipo de seguro, passaram a ser as sociedades a custeá-lo aos seus administradores a título de *fringe benefit*, isto é, como benefício adicional ao pacote remuneratório comum. Por outro lado, as sociedades constataram ser do seu próprio interesse que os administradores segurassem a sua própria responsabilidade, pois assim ficaria protegida a sua solvência em caso de responsabilização por actos ou práticas de gestão. A preocupação da sociedade centrava-se na possibilidade de, ao responsabilizar um administrador, este não ter fortuna suficiente para pagar a indemnização, situação que prejudicaria ambas as partes. Numa fase posterior, o seguro de responsabilidade civil dos administradores passou a ser contratado pela sociedade com uma única seguradora, cobrindo a responsabilidade de todos os seus administradores perante si própria. Desta forma, deixou

¹⁶TOM BAKER, *Insurance Law and Policy*, pág. 493; M. ELISABETE GOMES RAMOS, O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores, pág. 342 e pág. 256 e ss.

de haver coincidência entre o tomador e o segurado e passou a sociedade a ser a tomadora do seguro, e os administradores os segurados. A partir de certa altura, o sistema alargou-se a todos os administradores e outros dirigentes do mesmo grupo de sociedades¹⁷.

Quanto aos riscos cobertos, na sua génese o *D&O Insurance* cobria apenas o risco relativo aos danos causados pelo administrador à sociedade através de actos ou práticas ilícitas de gestão. Progressivamente, esta cobertura veio a ser alargada aos riscos ligados à responsabilidade dos administradores perante terceiros. Assim, estabeleceu-se a distinção entre responsabilidade interna e responsabilidade externa, que dizem respeito à responsabilidade do administrador perante a sociedade e à responsabilidade do administrador perante terceiros, respectivamente. Os terceiros a que a responsabilidade externa se refere podem ser os sócios, os investidores, os trabalhadores ou até o público em geral, quando afectado pelo resultado de uma determinada decisão. Solidificada esta distinção, o âmbito material do risco coberto pelo *D&O Insurance* alargou-se a praticamente tudo o que pudesse ser exigido dos administradores a título de responsabilidade civil. Mas a cobertura objectiva estendeu-se ainda a uma matéria da maior importância: as despesas do litígio. Os valores pedidos a título de indemnização nas *class actions* que visavam os administradores eram, de forma geral, extremamente elevados e a respectiva litigância muito exigente. Como consequência, a defesa dos administradores nestas acções atingia valores astronómicos. Muito embora o risco de condenação fosse baixo, e em muitos casos mesmo nulo, os administradores viam-se forçados a transaccionar em condições muito desvantajosas ou mesmo a desistir por falta de meios para custear a lide. Por este motivo, o *D&O Insurance* passou a cobrir também os custos do litígio, e essa cobertura passou progressivamente a constituir a principal função do seguro: a seguradora suporta em primeiro lugar o custo do litígio e só depois, com o remanescente do capital coberto, a indemnização.

O alargamento da cobertura objectiva implicou também um alargamento da cobertura subjectiva. Para além de beneficiar a sociedade, o *D&O Insurance* passou a beneficiar todos aqueles que tivessem direito a ser indemnizados pelos administradores em ligação com a sua actividade. Por outro lado, passou também a incluir-se nas apólices a responsabilidade da sociedade perante o administrador para os casos em que aquela estivesse obrigada a suportar as indemnizações em que ele fosse condenado. A clássica dualidade de coberturas do *D&O*

¹⁷P. PAIS DE VASCONCELOS, *D&O INSURANCE: O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores e outros Dirigentes da Sociedade Anónima*, pág. 14.

Insurance, composta pela *side A coverage* e pela *side B coverage*, teve aqui a sua origem. A *side A coverage* cobre directamente os administradores e outros dirigentes da sociedade relativamente às despesas em que incorram com o litígio e às indemnizações em cujo pagamento sejam eventualmente condenados ou que aceitem suportar em transacção. Já a *side B coverage* cobre os adiantamentos que sejam feitos pela sociedade ao cobrir aqueles custos aos seus administradores e outros dirigentes.

A cobertura subjectiva do seguro de responsabilidade civil dos administradores veio, ainda, a estender-se a responsabilidades directas da própria sociedade. Com o *Private Securities Litigation Reform Act* de 1995, a sociedade passa a responder solidariamente pelas pretensões contra os seus administradores, cuja frequência continuava a aumentar exponencialmente. Esta reforma causou discrepância entre as seguradoras e as sociedades, uma vez que as seguradoras não queriam cobrir a parte da responsabilidade imputada à sociedade. Daqui nasceu uma nova cobertura do *D&O Insurance*, a incluir nas condições das apólices: a *side C* ou *entity coverage*, que cobre a responsabilidade directa da sociedade. Esta cobertura destina-se, essencialmente, às sociedades cotadas em bolsa e abrange os custos dos litígios relacionados com as acções que aquelas disponibilizam no mercado¹⁸.

2.2.3. A crise do *D&O Insurance*

A ascensão do *D&O Insurance* não foi desprovida de efeitos perversos. Por um lado, estando o pagamento das indemnizações garantido, a litigância aumentou. Por outro, cobrindo a responsabilidade dos administradores, o referido seguro convidou à assunção de riscos excessivos na gestão e até mesmo à prática de actos ilícitos. A transferência da responsabilidade induziu irresponsabilidade, o que fez com que o *D&O Insurance* fosse acusado de ser uma figura que protegia excessivamente os administradores, à medida que os custos das seguradoras iam aumentando, com lides cada vez mais dispendiosas e indemnizações cada vez mais elevadas¹⁹. O período de tempo correspondente a estas

¹⁸P. PAIS DE VASCONCELOS, *D&O INSURANCE: O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores e outros Dirigentes da Sociedade Anónima*, págs. 15 e ss.

¹⁹P. PAIS DE VASCONCELOS, *D&O INSURANCE: O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores e outros Dirigentes da Sociedade Anónima*, pág. 17.

dificuldades, decorrido em meados da década de oitenta do séc. XX, ficou conhecido como a *D&O Insurance Crisis*²⁰.

A referida crise manifestou-se em várias frentes. Para além da indisponibilidade de efectiva cobertura a preços suportáveis, assistiu-se também ao aumento do valor dos prémios, à expansão das franquias, à redução das coberturas, ao alargamento das exclusões, à saída de seguradoras do segmento *D&O Insurance* e até mesmo à falência de algumas seguradoras e resseguradoras especializadas neste tipo de seguro. Reflectindo sobre as causas que deram origem a esta crise, a doutrina norte-americana atribuiu relevo às mudanças frequentes de regimes jurídicos de responsabilidade dos administradores, fonte de incerteza quanto à aplicação do Direito. Não as considera, no entanto, explicação suficiente, afirmando que esta incerteza foi incrementada pela interpretação jurisprudencial dos contratos de seguro e, em particular, das apólices *D&O (insurance contract construction)*²¹. Os tribunais, no exercício de uma função reguladora dos seguros, eram levados a corrigir as assimetrias entre segurador e segurado, adoptando geralmente soluções favorecedoras deste último. A apólice era reconstituída na actividade de interpretação e saíam frustradas as tentativas de o segurador delimitar os riscos cobertos pelas apólices. Assim se compreende de que forma a intervenção dos tribunais potenciou a incerteza e induziu o aumento dos prémios que estiveram na origem da crise.

Para dar resposta à situação vivida na década de oitenta, vários estados norte-americanos avançaram com iniciativas legislativas tendentes à limitação ou mesmo à exclusão da responsabilidade dos administradores. Pretendia-se, por esta via, reduzir a pressão da litigação sobre os administradores, sobre o risco societário de reembolso societário e, por conseguinte, sobre o *D&O Insurance*. A diminuição do risco de reembolso societário permitiu um alargamento do seu campo de acção, o que também contribuiu, nesta altura, para um reforço da protecção dos administradores. Apesar de existirem dúvidas sobre o alcance destas medidas no mercado do *D&O*, na década de noventa assiste-se a uma expansão na contratação deste seguro e numa certa especialização, isto é, uma adequação

²⁰M. ELISABETE GOMES RAMOS, O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores, pág. 257 e ss.

²¹R. ROMANO, “What Went Wrong with Directors’ and Officers’ Liability Insurance”, *Delaware Journal of Corporate Law*, vol. 14 (1989), págs. 25 e ss.

das apólices às características das entidades que as contratam. Fala-se, a este propósito, de apólices *tailor made*²².

Superada a crise do *D&O*, este seguro viu, numa fase mais recente, o seu âmbito de aplicação alargado em resultado da globalização. Ao mesmo tempo que muitas sociedades americanas se foram instalando na Europa através de sociedades controladas, cujos administradores eram segurados por *D&O Insurance*, muitas sociedades europeias começaram a emitir capital nas bolsas americanas através de *American depositary receipts* (*ADRs*), certificados de depósito emitidos por bancos norte-americanos, mas representativos de acções de empresas sediadas no estrangeiro²³. Estas sociedades ficaram sujeitas às leis de *corporate governance* americanas, particularmente ao *Sarbanes-Oxley Act* de 2002, também conhecido como *SOX*, que determina, entre muitas outras regras tendentes à transparência do sistema e à *accountability* dos administradores, a obrigatoriedade de as sociedades contratarem seguros *D&O* para os seus quadros dirigentes. Progressivamente, e com a crescente internacionalização dos mercados financeiros, as bolsas europeias passaram também a exigir este seguro²⁴.

As dificuldades que o *D&O Insurance* atravessou não travaram a sua expansão global. O seu âmbito de aplicação geográfica cresceu, motivado por um aumento da procura, por parte de administradores das mais variadas partes do globo, da protecção por ele conferida. Ao mesmo tempo, a actuação de algumas empresas transnacionais veio reclamar uma protecção que não se confinasse aos limites geográficos de um Estado. Ambos os factores vieram confirmar o carácter universal deste seguro. O *D&O Insurance* é, hoje em dia, comum e característico de todos os mercados financeiros capitalistas, ao invés de ser um fenómeno quase exclusivamente norte-americano²⁵.

²²M. ELISABETE GOMES RAMOS, O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores, págs. 260 e 318.

²³<https://www.big.pt/OndeInvestir/ADR/Geral>

²⁴P. PAIS DE VASCONCELOS, *D&O INSURANCE: O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores e outros Dirigentes da Sociedade Anónima*, pág. 18.

²⁵M. ELISABETE GOMES RAMOS, O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores, pág. 263; P. PAIS DE VASCONCELOS, *D&O INSURANCE: O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores e outros Dirigentes da Sociedade Anónima*, pág. 18.

2.3. Segurador, tomador do seguro e segurado

Num contrato de seguro são partes o segurador e o tomador do seguro. Todos os demais sujeitos relacionados com o contrato são terceiros, incluindo o segurado nos casos em que a posição deste não é coincidente com a do tomador, situação que corresponde à regra geral no âmbito da contratação do seguro *D&O*.

O RJCS não apresenta qualquer definição de segurador, mas o art. 5.º, n.º 1, do Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Actividade Seguradora e Resseguradora (RJASR) define “empresa de seguros” como qualquer entidade que tenha recebido autorização administrativa para exercer actividade seguradora. Na doutrina podemos encontrar uma noção de segurador mais abrangente, considerando-se segurador a “parte que, num contrato de seguro, toma o lugar de segurador, seja ele quem for”, e não apenas as “entidades que como tal se intitulem ou que se encontrem devidamente autorizadas para o exercício da actividade seguradora em Portugal”²⁶. É também possível encontrar, nas condições gerais das apólices de seguro de responsabilidade civil dos administradores, ensaios da definição de segurador²⁷.

O acesso à actividade seguradora está, no caso das entidades sediadas em Portugal, sob o controlo da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), que concede autorização para o exercício da actividade, ramo a ramo. Para uma empresa de seguros estar legalmente habilitada a fornecer o seguro de responsabilidade civil dos administradores, deve estar autorizada a operar o ramo de “responsabilidade civil geral”, por força da alínea *m*) do art.º 8.º do RJASR. De acordo com o disposto no n.º 2 do art. 16.º do RJCS, a falta de autorização determina “a nulidade do contrato, mas não exime aquele que aceitou cobrir o risco de outrem do cumprimento das obrigações que para ele decorreriam do contrato ou da lei caso o negócio fosse válido, salvo havendo má-fé da contraparte”. O segurador está impedido de se prevalecer da falta de autorização para se furtar ao cumprimento das obrigações a que se vinculou, em cumprimento dos princípios da boa-fé e também da proibição de *venire contra factum proprium*.

O tomador do seguro é a parte que contrata com o segurador e que, por esse motivo, fica adstrito ao cumprimento das obrigações estipuladas no contrato de seguro. Como já foi referido, no contexto do seguro de responsabilidade civil dos administradores assume

²⁶ M. LIMA REGO, Contrato de Seguro e Terceiros: Estudo de Direito Civil, pág. 42.

²⁷ M. ELISABETE GOMES RAMOS, O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores, pág. 411.

geralmente a posição de tomador a própria sociedade. Esta prática corresponde, as mais das vezes, a uma exigência das próprias empresas seguradoras que, em defesa desta posição, argumentam que ela permite uma maior precisão na delimitação do risco seguro, uma diminuição de eventuais lacunas de protecção e ainda a superação das dificuldades que seriam suscitadas pelo carácter solidário da responsabilidade dos administradores caso o seguro fosse contratado individualmente com cada um deles²⁸.

Em relação aos segurados, no contexto do *D&O Insurance*, a condição de segurado parece estar dependente do desempenho da função de administrador. Nas condições gerais das apólices, a indicação dos segurados faz-se, geralmente, pela identificação nominal dos sujeitos ou por uma formulação genérica que associe a qualidade de segurado ao exercício do cargo de administrador. A primeira opção, apesar da sua rigidez, patente na necessidade de comunicar ao segurador toda e qualquer alteração na composição do órgão de administração da sociedade para que se proceda à alteração da lista nominal dos segurados, tem a vantagem da certeza. A opção pela referência genérica tem, por sua vez, a vantagem da flexibilidade, mas conta com a desvantagem da incerteza na identificação dos segurados e com a dificuldade acrescida à segurabilidade dos administradores de facto ou ocultos. Seja qual for a opção tomada na elaboração de determinada apólice, é comum incluir-se, na definição de segurado presente nas condições gerais, pessoas que não são administradores, como por exemplo o cônjuge deste, o legatário, o sucessor ou o representante legal. A *ratio* desta prática consiste em dar protecção a quem, por causa da sua relação com o administrador-segurado, possa vir a sofrer as consequências económicas desfavoráveis da sua responsabilidade civil²⁹.

Nos seguros de responsabilidade civil dos administradores, a dissociação entre o tomador do seguro e o segurado constitui uma prática internacional consistente. O seguro é contratado pela pessoa colectiva em prol da qual os administradores exercem as suas funções, que fica responsável pelo pagamento do prémio, ou seja, a sociedade é a tomadora do seguro e os administradores assumem a qualidade de segurados. São os próprios seguradores que, em regra, não consentem na contratação individual. Em condições gerais de apólices deste seguro é possível verificar uma vontade de a sociedade contratar o seguro

²⁸M. ELISABETE GOMES RAMOS, O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores, págs. 409 e ss.

²⁹M. ELISABETE GOMES RAMOS, O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores, págs. 420 e ss.

em nome próprio, mas no interesse dos titulares do órgão de administração. Tal configuração parece corresponder à figura da contratação do seguro por conta de outrem, prevista no art.º 48.º do RJCS³⁰. Esta qualificação é apenas perturbada pela constatação de que existem interesses próprios da sociedade-tomadora que motivam ou influenciam a contratação do seguro *D&O*. A sociedade-tomadora pode, da contratação deste seguro, retirar uma série de vantagens económicas, nomeadamente:

- a) capacidade em recrutar pessoas que, sem a protecção conferida pelo seguro, não estariam dispostas a assumir as funções de administrador;
- b) facilidade no recrutamento de administradores independentes;
- c) redução da aversão ao risco do administrador-segurado, permitindo a este, por sua vez, assumir o nível de risco adequado a um incremento do dinamismo na gestão;
- d) redução dos custos para a reputação que advém de reclamações de responsabilidade;
- e) intensificação da vigilância exercida sobre os administradores;
- f) protecção do património social, quando a cobertura do risco inclui a responsabilidade perante a sociedade.

Assim se compreende como a sociedade é, também ela, beneficiada pela contratação do seguro de responsabilidade civil dos administradores. A interferência destes interesses próprios da sociedade faz suscitar dúvidas quanto à interpretação da vontade negocial, no sentido de concluir se se trata efectivamente de um seguro por conta de outrem ou de um seguro por conta própria do tomador. A solução deste problema é conseguida através do estabelecimento da distinção entre, por um lado, os interesses que motivam a sociedade-tomadora a celebrar o seguro por conta de outrem e, por outro, o interesse seguro

³⁰M. ELISABETE GOMES RAMOS, O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores, págs. 311 e ss.; C. B. LOURENÇO DE FARIA, O Seguro *D&O* e a Protecção ao Património dos Administradores, pág. 66.

propriamente dito. Nos seguros de responsabilidade civil o interesse seguro é o património do segurado e, no contexto do *D&O Insurance*, a integridade do património do administrador-segurado é, relativamente à sociedade-tomadora, um interesse alheio³¹.

2.4. Coberturas

Como já mencionado, a apólice *D&O* é tradicionalmente integrada pela Cobertura A e pela Cobertura B. A primeira cobre o reembolso directo aos administradores por indemnizações pagas a terceiros e não reembolsadas pela sociedade, isto é, a seguradora indemnizará directamente o administrador pelos valores que ele tenha despendido com custos de defesa ou condenações pecuniárias, relativos a eventos cobertos pelo seguro, desde que tais valores não tenham sido previamente pagos ao administrador pela sociedade tomadora do seguro, ou não possam por ela ser pagos de todo. A segunda garante o reembolso à sociedade pelas indemnizações por ela pagas aos seus administradores em virtude de reclamações contra eles feitas, o que corresponde às situações em que a sociedade-tomadora tenha adiantado ao administrador o reembolso desses custos de defesa ou condenações pecuniárias, mediante prévia e expressa autorização da seguradora. Quer isto significar que a primeira protege directamente os administradores de riscos não absorvidos pelo reembolso societário, enquanto a segunda garante a própria sociedade pelos montantes despendidos a esse título, isto é, garante a cobertura das despesas efectuadas pela sociedade a título de reembolso societário. Algumas apólices contemplam ainda uma terceira cobertura, a *Side C (entity coverage)*, que cobre as responsabilidades da própria sociedade³².

No mercado segurador português as apólices de seguro de responsabilidade civil dos administradores cobrem apenas o risco principal de se constituir “no património do segurado uma obrigação de indemnizar terceiros” (art. 137.º do RJCS), cobrindo também riscos acessórios. De seguida, analisaremos em detalhe a forma como é delimitada a cobertura do risco nas apólices do nosso seguro.

³¹M. ELISABETE GOMES RAMOS, O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores, págs. 313 e 314.

³²C. B. LOURENÇO DE FARIA, O Seguro *D&O* e a Protecção ao Património dos Administradores, pág. 64 e 68; TOM BAKER, *Insurance Law and Policy*, pág. 494; M. ELISABETE GOMES RAMOS, O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores, pág. 264.

2.4.1. Declaração inicial do risco e questionário

A sociedade-tomadora e os administradores-segurados têm, naturalmente, um melhor conhecimento sobre o risco de responsabilidade civil dos administradores do que o segurador. Se não são tomadas medidas para corrigir esta assimetria informativa, haverá selecção adversa dos segurados e, consequentemente, efeitos nefastos para o mercado. Apesar de a boa-fé obrigar, em princípio, a que o segurado disponibilize ao segurador todas as informações que digam respeito ao risco, para que o segurador esteja nas melhores condições possíveis para tomar a decisão de contratar, o art. 24.º do RJCS (referente à declaração inicial do risco) prevê a declaração espontânea do tomador, determinando que a sociedade-tomadora tem o dever de “declarar com exactidão todas as circunstâncias que conheça” e que “razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo segurador”. Na prática, este dever de declaração inicial é em parte cumprido mediante o preenchimento de um pormenorizado questionário fornecido pelo segurador. Este questionário é, justamente, relativo a informações da sociedade relevantes para a companhia de seguros poder seleccionar o risco e elaborar uma apólice à medida. No entanto, e de acordo com o art. 24.º, n.º2, do RJCS, o cumprimento do dever de declaração inicial do risco não se esgota na resposta criteriosa a este questionário, devendo o administrador-segurado ou a sociedade-tomadora declarar com precisão todas as circunstâncias de que tenham conhecimento, mesmo que se trate de informação não solicitada no questionário do segurador.

É através do questionário que o segurador comunica ao tomador e aos segurados quais as informações e documentos de que necessita para celebrar o contrato de seguro de responsabilidade civil dos administradores. Entre nós, o conteúdo destes questionários refere-se geralmente à identificação da sociedade, data de constituição, estrutura accionista, modificações estruturais passadas ou futuras, relações de grupo, questões sobre seguros mais antigos e sobre sinistralidade, passada ou futura.

Do exposto parece resultar que a informação solicitada pelo segurador no questionário se foca na situação da sociedade, desvalorizando o contributo dos administradores para o risco de responsabilidade civil. No entanto, resulta do n.º 2 do art. 24.º do RJCS a já referida imposição ao tomador do seguro, ou ao segurado, de declarar com exactidão todas as circunstâncias de que tenha conhecimento e que razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo segurador, mesmo que o questionário fornecido por este último não as solicite especificamente. Existem circunstâncias referentes

aos administradores que, muito embora não sejam incluídas nos questionários de responsabilidade civil dos administradores, devem ser declaradas devido à relevância que possuem para a apreciação do risco por parte do segurador. Como exemplo de tal situação pode referir-se o caso de um administrador que traz do seu passado noutras sociedades um ou mais litigantes em série, que por embirração não perdem uma oportunidade para propor novas ações contra o dito administrador. Saber quais as circunstâncias relevantes para este efeito é algo que só poderá ser determinado no caso concreto, por forma a poder ser alcançado um acordo que vá ao encontro dos interesses não só da sociedade-tomadora e/ou do administrador-segurado, como também do segurador. A resposta ao questionário não liberta o tomador do seguro ou o segurado da declaração destas circunstâncias, mas impede que o segurador faça uso de certas omissões ou imprecisões de que eventualmente essa resposta padeça. O exposto resulta do n.º 3 do art. 24.º, que enumera quais são as omissões ou imprecisões de que o segurador não pode fazer uso uma vez aceite o contrato. Havendo incumprimento do dever de declaração de circunstâncias conhecidas por parte do tomador ou segurado, o RJCS sanciona, consoante se esteja, no caso concreto, perante omissões ou imprecisões negligentes ou dolosas: ao incumprimento doloso corresponderá a anulabilidade do contrato (art. 25.º, n.º 1), ao passo que ao incumprimento negligente corresponderão medidas dirigidas ao conteúdo e vigência do contrato (art. 26.º, n.º 1)³³.

Não é apenas pela declaração de risco do tomador ou segurado, nem pela respectiva aceitação pelo segurador, que ficam definidas as responsabilidades seguradas. A lei opera, em primeira mão, uma selecção das responsabilidades seguráveis. Esta selecção faz-se principalmente pela negativa, isto é, através da previsão das responsabilidades não seguráveis. Só depois tem lugar a delimitação convencional do risco através de acordo entre o segurador e o tomador, ficando assim determinada a extensão do risco coberto pelo contrato de seguro. Se a responsabilidade civil do segurado resultar de um facto que não se encontre abrangido pelo seguro, não se constituirá a obrigação do segurador³⁴.

³³M. ELISABETE GOMES RAMOS, O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores, págs. 318 e 433 e ss.

³⁴M. ELISABETE GOMES RAMOS, O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores, pág. 451.

2.4.2. Delimitação da cobertura

O risco de responsabilidade civil começa por ser delimitado através da identificação dos factos responsabilizadores praticados no exercício das funções dos administradores. Estamos perante uma delimitação causal, mas para o retrato completo concorrem ainda factores de natureza subjectiva, temporal e geográfica.

A delimitação do risco por referência ao facto responsabilizador é feita através de conceitos próximos do “*wrongful act*” anglo-saxónico. Entre nós, o conceito que melhor se insere neste perfil é o de acto ilícito, definido na doutrina como “acto, omissão ou comportamento ilícito, real ou alegado, praticado ou simplesmente imputado ao segurado”, que pode consistir, designadamente, numa violação da lei ou do contrato, dos deveres de diligência ou de lealdade ou numa omissão de informação incorrecta ou enganosa³⁵. Em condições gerais de apólices de seguro de responsabilidade civil dos administradores podemos encontrar, nas suas definições próprias de acto ilícito, referência ao exercício de funções de gerência, administração e direcção das sociedades, o que leva a concluir que a delimitação do risco coberto está ancorada na violação de deveres cometida no exercício das funções de administração.

Também relevante para delinear a extensão do risco de responsabilidade civil dos administradores é saber quem são as pessoas que podem exigir do segurado a indemnização. O RJCS diz no seu art. 137.º que o segurado está exposto ao risco de que a responsabilidade seja exigida pelo terceiro, mas não nos oferece uma definição deste. Recorrendo, uma vez mais, às condições gerais das apólices, podemos encontrar exemplos de definições de terceiros e concluir que, de forma geral, na noção de terceiro parecem poder incluir-se todos os sujeitos que, ao abrigo do regime jurídico-societário de responsabilidade civil dos administradores, estão em condições de exigir uma indemnização aos administradores. Não obstante, a delimitação final sobre o círculo dos terceiros cujas reclamações estão cobertas pelo seguro só pode ficar concluída depois da análise das exclusões³⁶.

Quanto ao âmbito temporal da cobertura, resulta da leitura do art. 37.º, n.º 1, alínea e), do RJCS, que deve ser determinado o momento ou o período dentro do qual o sinistro

³⁵P. PAIS DE VASCONCELOS, *D&O INSURANCE: O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores e outros Dirigentes da Sociedade Anónima*, pág. 20.

³⁶M. ELISABETE GOMES RAMOS, *O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores*, págs. 454 e 455.

deve ocorrer para que se forme a obrigação do segurador. O período de tempo a que este preceito se refere não coincide necessariamente com a duração do contrato, que é o lapso de tempo que medeia o termo inicial e o termo final, e que, na falta de estipulação das partes, é de um ano, de acordo com a letra do art. 40.º do mesmo diploma. São relevantes para a delimitação temporal da cobertura o momento do facto gerador da responsabilidade, o momento da manifestação ou ocorrência do dano e o momento da reclamação, sendo as apólices de *D&O Insurance* do tipo *claims made*, isto é, à base de reclamações. Quando nas apólices estão incluídas cláusulas que lhes conferem esta natureza, o segurador não é obrigado a realizar a sua prestação se a reclamação não for formulada durante a vigência da apólice ou dentro do prazo retroactivo ou posterior que tiver sido estipulado. Assim se combate a incerteza resultante de um possível afastamento temporal entre os momentos em que a acção e o dano ocorrem e em que a reclamação é feita (*long tail risks*), o que poderia dar azo a provisões mal calculadas ou mesmo de cálculo impossível. Hoje em dia, praticamente todas as apólices de *D&O Insurance* estão sujeitas a uma cláusula *claims made*, e da análise de condições gerais de apólices de seguro de responsabilidade civil dos administradores comercializadas em Portugal, é possível verificar que foi por este sistema que entre nós se optou³⁷.

Em relação ao âmbito geográfico, dispõe o art. 37.º, n.º 2, alínea *e*), que a apólice deve delimitar o “âmbito territorial” do contrato. O seguro de responsabilidade civil dos administradores tanto pode cobrir os sinistros que ocorram no território do país em que é contratado, como pode alargar esta protecção a outros países, com ordenamentos jurídicos diferentes. Esta última opção revela-se especialmente necessária se houver dispersão da actividade da sociedade por vários territórios, pois isso significa que existe uma equivalente disseminação do risco de responsabilidade civil. Em Portugal há apólices que oferecem uma delimitação espacial de cobertura muito ampla, alargada à Europa ou mesmo de extensão mundial, mas é possível encontrar também condições gerais de apólices que cingem o âmbito territorial da cobertura a factos ocorridos e reclamados em território português. Esta limitação do âmbito territorial do seguro pode tornar menos complexa a gestão do risco por parte do segurador, mas não se mostra adequada a satisfazer as necessidades de protecção

³⁷C. B. LOURENÇO DE FARIA, O Seguro *D&O* e a Protecção ao Património dos Administradores, pág. 69; P. PAIS DE VASCONCELOS, *D&O INSURANCE*: O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores e outros Dirigentes da Sociedade Anónima, pág. 19; M. ELISABETE GOMES RAMOS, O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores, págs. 455 e ss.

dos administradores que estiverem expostos a um risco de responsabilidade civil internacionalmente disperso³⁸.

2.4.3. Riscos acessórios

Como já foi referido, as apólices de *D&O Insurance* agregam coberturas heterogéneas, cobrindo riscos acessórios e complementares ao risco de responsabilidade civil dos administradores. O risco de responsabilidade civil, ou seja, o risco de constituição no património do administrador de uma obrigação de indemnizar, é, claro está, o risco principal, estando na génese de todos os restantes. Contudo, outros riscos poderão ser cobertos pela apólice de seguro de responsabilidade civil dos administradores na medida em que possam ser qualificados como riscos acessórios. Segundo o n.º 2 do art. 11.º do RJASR, são riscos acessórios “os que estejam ligados ao risco principal, digam respeito ao objecto coberto contra o risco principal e sejam garantidos através do contrato que cobre o risco principal”. Estes requisitos aplicam-se aos riscos de defesa jurídica, de reabilitação da imagem pública e de reembolso societário, entre outros: mantêm uma relação estreita com o risco de constituição no património do administrador de uma obrigação de indemnizar, podendo dele resultar directa ou indirectamente; constituem uma ameaça, quer para o património do administrador segurado, quer para o da sociedade-tomadora; e são todos eles garantidos através do contrato que cobre o risco principal³⁹.

2.4.4. Exclusões

O princípio da liberdade contratual, consagrado no art. 405.º do Código Civil, confere às partes um poder de “autoregumentação dos seus interesses” e de “autogoverno da sua esfera jurídica”, manifesto na possibilidade de os particulares ditarem “a regulamentação das suas relações, constituindo-as, modificando-as, extinguindo-as e determinando o seu conteúdo”⁴⁰. Esta liberdade contratual estende-se, naturalmente, ao direito dos seguros, mais

³⁸M. ELISABETE GOMES RAMOS, O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores, págs. 470 e ss.

³⁹M. ELISABETE GOMES RAMOS, O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores, págs. 309 e ss.

⁴⁰C. A. MOTA PINTO, Teoria Geral do Direito Civil, págs. 102 e 103.

concretamente ao contrato de seguro que, apesar de ser um contrato típico por se encontrar especificamente referido e regulado pela lei, nele é conferida às partes “liberdade contratual para configurar o seu conteúdo”⁴¹. No contexto do seguro de responsabilidade civil dos administradores, nada impede que as partes estipulem um conjunto de obrigações mais diminuto que aquele que a lei ou a *praxis* negocial associam, vulgarmente, a este contrato. A doutrina sublinha, inclusivamente, a importância das exclusões na modelação do risco coberto por este seguro, considerando-as como características distintivas da sua tipicidade social. Por intermédio de cláusulas de exclusão, as partes limitam o objecto do contrato, afastando a obrigação de o segurador cobrir determinados riscos. E tendo determinados riscos sido validamente excluídos, o segurador não responde por eles porque as partes concordaram que tal risco não seria incluído no programa contratual⁴².

A liberdade de exclusão de riscos conhece, naturalmente, certos limites, ditados por normas imperativas, pela ordem pública e pelo respeito pelos elementos essenciais do negócio e pela economia contratual. Assim sendo, não se poderá excluir a obrigação de o segurador cobrir o risco de constituição, no património do segurado, da obrigação de indemnizar terceiros, sendo essa a cobertura principal de um seguro de responsabilidade civil, como consta da definição do art. 137.º do RJCS. Também não se poderá permitir qualquer exclusão que ponha em causa o escopo contratual do seguro. Mas, para além das exclusões aplicadas aos seguros de responsabilidade civil em geral, existem exclusões específicas do Os administradores das sociedades, no decorrer das suas funções, estão sujeitos a um constante risco de surgimento, na sua esfera jurídica, de obrigações de indemnizar terceiros. Os montantes despendidos pelos administradores no cumprimento destas obrigações são garantidos pela “Cobertura A” do seguro de responsabilidade civil dos administradores ou *D&O Insurance*. À cobertura do reembolso societário, isto é, os valores que os administradores desembolsam mas que devem onerar o património da sociedade em si, corresponde a “Cobertura B”. As protecções conferidas pelo *D&O Insurance* são desejáveis pela natureza do cargo que os administradores desempenham, muito pelo considerável impacto que qualquer decisão tomada pode vir a ter, e que torna os administradores um alvo frequente de acções de responsabilização. Agindo os administradores de forma contrária aos ditames da boa-fé ou contra os interesses da

⁴¹JOSÉ VASQUES, Contrato de Seguro, pág. 110.

⁴²M. ELISABETE GOMES RAMOS, O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores, págs. 483 e 484.

sociedade, não se levantam dúvidas de que devem responder pelos seus actos. No entanto, é comum o apuramento da responsabilidade não ser suficiente, pois é necessário proteger as legítimas pretensões das pessoas ou entidades lesadas por estes administradores, tornando-as indemnes, e para que tal aconteça, o património pessoal dos administradores é, não raras vezes, insuficiente. Por outro lado, é também frequente serem intentados processos judiciais contra os administradores que agem no cumprimento dos seus deveres fundamentais. Nestas circunstâncias, mesmo que os administradores acabem por ser ilibados, terão já tido a necessidade de dar mão de elevadas somas. É por isso necessário que os administradores sintam que o seu património não será posto em causa mesmo que trabalhem de forma competente e honesta. Desta forma, é fulcral que o reembolso societário se solidifique na *praxis* societária e que, não sendo feita prova de que o administrador demandado incumpriu com os deveres inerentes ao cargo, os prejuízos em que incorra devem ser suportados pela sociedade. Querendo a sociedade transferir este risco para um segurador, deverá incluir, na apólice de *D&O Insurance* contratada a favor do administrador, a referida cobertura que incide, precisamente, sobre o reembolso societário. Tornando-se prática comum o funcionamento em conjunto destas figuras, estará transmitida uma maior segurança ao trabalho dos administradores e das sociedades em geral, e um inegável contributo para o bom funcionamento da justiça e para o desenvolvimento da economia. Estas últimas estão ancoradas na fonte da responsabilidade, na intensidade da culpa do segurado ou na identidade do terceiro prejudicado. Vejamos cada uma destas categorias.

São muitas as exclusões ligadas ao facto gerador da responsabilidade. De entre elas, merecem destaque: *a)* as que visam separar a cobertura oferecida pelo seguro de responsabilidade civil dos administradores de coberturas próprias de outros seguros, como por exemplo as que resultam de cláusulas de subsidiariedade, que determinam que o segurador não garante a indemnização, gasto ou custo se ele se encontrar coberto por outra apólice de seguro; *b)* as que afastam certos ilícitos cometidos pelos administradores no exercício das suas funções (designadamente, ilícitos que constituam violação do dever de lealdade dos administradores) ou das consequências da prática desses factos ilícitos, como sejam multas ou coimas impostas por autoridades competentes (a referência a esta exclusão é dispensável na medida em que o art. 14.º do RJCS é claro quanto à não segurabilidade das responsabilidades criminal e contra-ordenacional) ou outras penalidades de natureza sancionatória ou fiscal, indemnizações fixadas a título punitivo, danos exemplares ou outras reclamações de natureza análoga; *c)* as que afastam a cobertura de actos ilícitos cometidos à margem do exercício das funções de administração, das quais é exemplo uma cláusula que

exclua reclamações decorrentes da prestação ou falta de prestação de serviços profissionais que de acordo com a lei não sejam imputáveis à posição do administrador⁴³.

As exclusões com base na intensidade da culpa consistem essencialmente em não dar cobertura a reclamações resultantes de actos dolosos, fraudulentos ou de natureza criminal praticados pelos administradores segurados. Tipicamente, no contexto do *D&O Insurance*, é excluída a cobertura de responsabilidades emergentes de actos, omissões ou condutas intencionalmente ilícitas (*deliberate acts*)⁴⁴. É de questionar se, perante o disposto no art. 46.º, n.º 1, do RJCS, será necessário excluir a cobertura da responsabilidade por actos dolosos⁴⁵, uma vez que este preceito dita que, salvo disposição legal, regulamentar ou convenção em contrário que não seja ofensiva da ordem pública, o segurador não está obrigado a realizar a sua prestação se o sinistro tiver sido causado dolosamente pelo tomador ou pelo segurado. De facto, dificilmente resulta do exposto que seja necessário que as condições gerais das apólices regulem esta questão. No entanto, havendo possibilidade de convenção em contrário ou de excepção legal ou regulamentar, a presença no contrato de uma cláusula que expressamente exclua a cobertura em caso de dolo parece conferir uma segurança jurídica desejável por ambas as partes, sem sair prejudicada a economia do contrato. Quanto à necessidade de exclusão das responsabilidades criminais, menos dúvidas se levantam, pois o já referido art. 14.º, n.º 1, alínea *a*), do RJCS é deveras claro quanto à não segurabilidade da “responsabilidade criminal, contra-ordenacional ou disciplinar”.

No que diz respeito às exclusões baseadas na identidade do terceiro prejudicado, estas correspondem geralmente à exclusão de reclamações apresentadas pela sociedade, às situações de segurado contra segurado (*insured v. insured*) e também à exclusão de reclamações de accionistas maioritários, com participação relevante ou com posição de controlo na sociedade tomadora. A possibilidade de a responsabilidade perante a sociedade estar coberta pelo seguro de responsabilidade civil dos administradores é vista com desconfiança por parte da doutrina, considerando-se que a cobertura de reclamações apresentadas pela sociedade comporta um grande risco de conluio. Assim, a solução passa geralmente pela exclusão desta cobertura ou pela sua sujeição a apertados requisitos. A

⁴³M. ELISABETE GOMES RAMOS, O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores, págs. 485 e ss.

⁴⁴P. PAIS DE VASCONCELOS, *D&O INSURANCE*: O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores e outros Dirigentes da Sociedade Anónima, pág. 40.

⁴⁵M. ELISABETE GOMES RAMOS, O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores, pág. 490.

exclusão da cobertura da responsabilidade imputada por um segurado a outro segurado visa também evitar o conluio, desta feita entre administradores. Convocando o regime jurídico-societário, é possível concluir que “aos administradores enquanto tais não é reconhecida legitimidade para efectivar a responsabilidade de outros administradores”, uma vez que o art. 75.º, n.º 1, do CSC estipula que a acção social de responsabilidade é decidida pela colectividade dos sócios e não pelo órgão de administração. No entanto, se à qualidade de administrador acrescer outra, como a de sócio ou de credor da sociedade, já se pode considerar a hipótese de, por exemplo, um administrador-credor intentar uma acção contra um ex-administrador, reclamando uma indemnização. Internacionalmente, esta imprecisão é resolvida porque a exclusão *insured v. insured* se refere, de modo geral, exclusivamente às situações em que os administradores reclamam na sua condição de administradores e não na de sócios da sociedade tomadora. Por último, também a exclusão das reclamações propostas por accionistas maioritários, com participação relevante ou com posição de controlo na sociedade tomadora visa evitar o risco de conluio, aqui entre os administradores e os accionistas maioritários ou de controlo. A solução para delimitar os sócios cujas reclamações são excluídas passa, geralmente, por fixar em termos quantitativos a percentagem do capital social relevante⁴⁶.

⁴⁶M. ELISABETE GOMES RAMOS, O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores, págs. 491 e ss.

3. O reembolso societário

3.1. Caracterização e experiência internacional

O reembolso societário é uma prestação entregue pela sociedade aos seus administradores com o propósito de os ressarcir de perdas patrimoniais causadas por litígios ligados ao exercício do cargo. Conhecida nos E.U.A. como *corporate indemnification*, corresponde a uma prática societária, consolidada na experiência empresarial e na legislação norte-americanas, e considerada de extrema importância para garantir aos administradores uma efectiva protecção contra os avultados custos decorrentes da litigância. A título de exemplo de diminuições patrimoniais sofridas pelos administradores que a *corporate indemnification* abrange, destacam-se, entre muitas outras, as custas e os encargos do processo, os honorários de advogados e solicitadores e os custos resultantes da obtenção de pareceres jurídicos ou relatórios periciais de vária ordem. A experiência norte-americana atribui à *corporate indemnification*, essencialmente, virtuosidades de duas ordens: por um lado, considera-se que permite recrutar pessoas mais capazes que, na ausência de mecanismos de protecção do seu património pessoal, não estariam dispostas a correr o risco de ver as suas decisões empresariais, tomadas de boa-fé e no interesse da sociedade, sob escrutínio judicial; por outro lado, argumenta-se que esta figura confere os meios necessários a uma efectiva resistência contra acções infundadas e contra as *strikesuits*, isto é, aquelas acções que são propostas com o único intuito de forçar o demandado a celebrar uma transacção (*settlement*) em acordo extrajudicial, mediante o qual seja possível obrigá-lo a dar mão de elevadíssimas somas⁴⁷.

Nos Estados Unidos, a maior parte das leis dos diferentes Estados permitem que as sociedades reembolsem os seus administradores e outros dirigentes das despesas em que estes incorram não só a título de responsabilidade civil como também criminal. Em acções em que esteja em causa a responsabilidade dos administradores perante terceiros (e não a própria sociedade ou os sócios), é frequente a sociedade reembolsar não só despesas, como por exemplo os honorários dos advogados, mas também multas ou quantias transaccionadas extrajudicialmente. A lei do Delaware, Estado de referência em matéria de legislação

⁴⁷M. ELISABETE GOMES RAMOS, Reembolso Societário, in *Direito das Sociedades em Revista*, II Congresso, págs. 378 e ss.; e Ilícitos Concorrenciais e Protecção dos Administradores, in *Direito das Sociedades em Revista*, III Congresso, pág. 255.

comercial e societária, permite o reembolso societário, desde que os administradores tenham agido de boa-fé, no interesse da sociedade (ou de forma não-contrária a este) e com a convicção, segundo parâmetros de razoabilidade, de que não actuaram de forma contrária à lei. Estas ponderações teleológicas da actuação dos administradores são deixadas ao critério dos próprios. Os estatutos podem excluir certas despesas do âmbito da *corporate indemnification*, mas apenas quando a responsabilidade surgir por violação do dever de cuidado e não do dever de lealdade. Esta limitação pode ser contornada através da contratação de *D&O Insurance* cuja cobertura inclua as despesas que os estatutos não permitem reembolsar⁴⁸.

A *corporate indemnification* ou reembolso societário não é, no entanto, exclusiva da *praxis* norte-americana. Em Itália, por exemplo, existe doutrina que defende a assunção pela sociedade das despesas de defesa do administrador demandado em consequência de factos praticados no exercício das suas funções. A prática de as sociedades italianas deliberarem assumir as despesas de defesa em que os administradores incorram no exercício do cargo tem suscitado alguns litígios, seja porque o administrador demandado, vencedor no processo, reclama junto da entidade administrada o reembolso das despesas, seja porque a sociedade delibera assumir as despesas de defesa e o sócio minoritário contesta a validade da deliberação⁴⁹.

No Reino Unido, de acordo com o *Companies Act* de 1985, a sociedade está proibida de excluir a responsabilidade do administrador que actue com negligência ou de forma contrária aos seus deveres de cuidado e de lealdade (*breach of duty* e *breach of trust*, respectivamente). A sociedade pode reembolsar o administrador das despesas em que este incorra no exercício do cargo, desde que estas não correspondam a montantes devidos a título de responsabilidade perante a própria sociedade, a multas impostas em procedimentos criminais, a quantias devidas a entidades reguladoras por infracções cometidas ou a despesas de defesa em caso de condenação do administrador em processo civil, criminal ou disciplinar⁵⁰.

⁴⁸ERYK GERDING, in HELEN ANDERSON, *Directors' Personal Liability for Corporate Fault: A Comparative Analysis*, págs. 325 e 326; ROBERT RIPIN e CHRISTOPHER WINCKLER, in ALEXANDER LOOS, *Directors' Liability: A Worldwide Review*, pág. 106.

⁴⁹M. ELISABETE GOMES RAMOS, Reembolso Societário, in *Direito das Sociedades em Revista*, II Congresso, págs. 378 e ss.

⁵⁰KARLA DUDEK, in ALEXANDER LOOS, *Directors' Liability: A Worldwide Review*, pág. 413.

3.2. A experiência portuguesa

O reembolso societário entra na ordem jurídica portuguesa transportado por práticas empresariais de forte influência norte-americana, nomeadamente, por algumas apólices de seguro de responsabilidade dos administradores ou *D&O Insurance* que integram, nas suas condições gerais, a cobertura do “reembolso da companhia”. Esta cobertura, correspondente à cobertura *Side B*, quando estipulada, tem o efeito de transferir o risco de reembolso societário da sociedade para o segurador. Não obstante esta ligação entre as questões dogmáticas em torno do reembolso societário e o *D&O Insurance* e respectivas coberturas, ligação essa que constitui o objecto deste trabalho, as duas matérias são autónomas. As questões suscitadas pelo reembolso societário prendem-se especialmente com a discussão sobre se o reembolso societário consiste numa faculdade de que as sociedades dispõem ou se, por outro lado, se trata de um dever das mesmas. Por outras palavras, tendo conhecimento de que os administradores estão sujeitos aos riscos de gestão e de processo e às despesas que deles decorrem, interessa saber se as sociedades que operam em Portugal estão, por sua vez, expostas ao risco de reembolso societário de tais despesas⁵¹.

Poder-se-ia considerar, em Portugal, que a cobertura do “reembolso da companhia” é uma resposta a um problema da realidade norte-americana sem expressão na vivência portuguesa. Efectivamente, são significativas as diferenças que separam os sistemas de *civil law* dos sistemas de *common law*. Para além disto, são também profundamente divergentes não só os regimes jurídico-positivos reguladores da responsabilidade civil dos administradores, como também a ímpar cultura de litigância que se vive nos EUA e que a nossa experiência desconhece e, por último mas não menos importante, as regras de distribuição de custas de processo.

O nosso regime jurídico-societário não dispõe de normas que regulem a distribuição das despesas de defesa do administrador demandado. Ao silêncio da lei portuguesa acresce o da doutrina e da jurisprudência, mas tal constatação não deve ser interpretada como uma ausência de tutela, por um lado, nem como uma proibição total e absoluta da assunção dos custos de defesa dos administradores por parte da sociedade, por outro. A verdade é que se trata de um problema que não tem sido questionado na realidade portuguesa, e por isso o silêncio da ordem jurídica em relação ao tema não é de estranhar.

⁵¹M. ELISABETE GOMES RAMOS, Reembolso Societário, in *Direito das Sociedades em Revista*, II Congresso, págs. 380 e ss.

Seria concebível entender o reembolso societário como um não-problema no nosso quadro jurídico-societário, invocando para tal o regime do 527.º do (novo) Código do Processo Civil (CPC). Determina este artigo que, uma vez proferida uma decisão, é responsável pelas custas de processo a parte que lhes dá causa (n.º 1), e entende-se que quem lhes dá causa é a parte vencida (n.º 2). Assim, os administradores que cumpram os seus deveres não precisam de temer os custos das acções de responsabilidade. Subjaz ao nosso direito uma valoração da parte que agiu em conformidade com o direito, não a obrigando ao pagamento das custas de processo. Se o administrador é absolvido do pedido de indemnização, as custas são pagas pela contraparte, seja ela a sociedade, os sócios ou os credores sociais. Em conjunto com a improbabilidade de serem obtidos benefícios de uma acção social de responsabilidade contra os administradores (arts. 77.º, n.º 1 e 78.º, n.º 2 do CSC), e que mesmo que esta seja intentada, a sociedade é sempre solidariamente responsável pelas custas de processo (art. 6.º, n.º 5), este regime produz um efeito inibidor da litigância, desencorajando iniciativas processuais infundadas⁵².

O reembolso societário é, não obstante o exposto, um problema de enorme relevância prática. Em primeiro lugar, não basta que os administradores actuem em plena conformidade com os seus deveres para que contra eles não sejam propostas acções. Pode acontecer, tendo a sociedade sofrido perdas, que surja uma acção de responsabilidade contra o administrador por alegada violação dos seus deveres funcionais, mas no decorrer do processo ficar provado que as perdas se deveram apenas a uma conjuntura desfavorável. Devem ser garantidos aos administradores meios de defesa contra ataques infundados, ao mesmo tempo que se preserva a desejada margem de discricionariedade destes na tomada de decisões de gestão.

Existem também gastos gerados pelo litígio que não são absorvidos pelo regime de custas cíveis, e que por isso terão de ser suportados pela parte demandada, mesmo quando esta saia vencedora. É o que acontece com os honorários do advogado quando o processo se dá por encerrado sem que haja uma efectiva condenação do administrador, por força do art. 537.º do CPC, que determina que neste caso as custas serão repartidas, embora esta disposição admita que ocorram ajustes. Assim, apesar da regra de imputação das custas à parte vencida, existe sempre a possibilidade de uma parte dos custos de defesa do administrador cuidadoso e leal terem de ser suportados pelo património deste. Embora existam dúvidas sobre se, por um lado, estes custos devem onerar de forma irredutível o

⁵²M. ELISABETE GOMES RAMOS, *O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores*, págs. 341 e ss.

património do administrador ou se, por outro, a este assiste o direito de reclamar o respectivo reembolso junto da sociedade, não existindo violação dos deveres funcionais por parte do administrador, a última opção parece ser a mais adequada⁵³.

3.3. Dever legal de reembolso

Se o reembolso societário consiste em a sociedade compensar os seus administradores por perdas patrimoniais que eles tenham sofrido em consequência de acções de responsabilidade contra si intentadas por factos praticados no exercício das suas funções, a figura, quer seja considerada um dever ou uma mera faculdade da sociedade, estará naturalmente relacionada com a relação jurídica que se estabelece entre esta e o administrador. Existe uma linha de fundamentação, com origem em Itália, onde a figura do reembolso é relativamente consensual, e que a radica no quadro normativo do mandato: a norma do 1720.º do *Codice Civile*⁵⁴ é declarada aplicável seja por contemplar caso análogo (analogia *legis*), seja porque em conjunto com outras normas do sistema participa de um princípio geral (analogia *iuris*) – quem legitimamente actua no interesse alheio deve ficar indemne, quer das despesas, quer dos danos sofridos – a partir do qual se desenvolverá a problemática do reembolso societário. Sob outro prisma, pode também ser explorada uma via orgânico-funcional, que privilegia a complexa regulação jurídico-societária do estatuto dos administradores para chegar à fundamentação do direito que o administrador tem em ser reembolsado das despesas e indemnizado dos danos.

No fundo, e muito embora não se encontre expressamente admitido no ordenamento jurídico português, o dever legal de reembolso societário sobre despesas provocadas por imputações infundadas de factos ilícitos pode ser ancorado tanto no princípio geral de que quem se encontra legitimado para cuidar de negócios alheios deve ser reembolsado de despesas indispensáveis e compensado dos prejuízos que essas funções lhe tenham causado, como se pode basear na analogia *legis* com as normas do art. 1167.º, alíneas *c)* e *d)* do CC, ou até mesmo num argumento orgânico-funcional de que as despesas de defesa de actos

⁵³M. ELISABETE GOMES RAMOS, O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores, págs. 348 e ss.

⁵⁴Dispõe o art. 1720.º do *Codice Civile*: “*Spese e compenso del mandatario. – Il mandante deve rimborsare al mandatario le anticipazioni, com gli interessi legali dal giorno in cui sono state fatte, e deve pagargli il compenso che gli spetta. / Il mandante deve inoltre risarcire i danni che il mandatario ha subiti a causa dell’incarico.*”

jurídicos imputáveis à sociedade, uma vez que foram praticados por quem é organicamente competente, devem ser imputadas ao património da sociedade⁵⁵.

3.3.1. Aplicação analógica das regras do mandato

Existem diversas teorias explicativas sobre a natureza da situação jurídica entre a sociedade e a pessoa incumbida da sua administração. Algumas destas teorias, as contratuais, consideram que os actos de designação e de aceitação do cargo de administrador constituem um contrato, ao passo que outras, as unilaterais, consideram a designação dos administradores um acto ou negócio jurídico unilateral. Existe também uma teoria analítica germânica, de cariz dualista, que concebe a coexistência de um acto unilateral, que gera uma relação orgânica, e de um contrato, que gera um vínculo obrigacional. Muitas destas teorias têm principalmente valor histórico, sendo hoje em dia pacífica na doutrina a rejeição dos argumentos contrários à natureza contratual desta relação jurídica. A declaração negocial de designação e a declaração negocial de aceitação formam um contrato, que pode ser designado por contrato de administração⁵⁶.

Considera-se que o contrato de administração é um tipo legal contratual autónomo que se relaciona com outros tipos contratuais, gozando de particular afinidade com o contrato de prestação de serviços, definido no art. 1154.º do CC como “aquele em que uma das partes se obriga a proporcionar à outra certo resultado do seu trabalho intelectual ou manual, com ou sem retribuição”. Esta definição caracteriza um “macro-tipo” de prestação de serviços no qual a noção de contrato de administração se insere, ou seja, o contrato de administração corresponde a uma modalidade do contrato de prestação de serviço não regulada especialmente pela lei e ao qual “as disposições sobre o mandato são extensivas, com as necessárias adaptações”, de acordo com o art. 1156.º do mesmo diploma. O contrato de administração constitui um contrato de troca para a prestação de um serviço, caracterizado pela bilateralidade de custos e de benefícios para ambas as partes e pela divergência de finalidades típicas de cada uma delas. Quer isto dizer que o administrador e a sociedade trocam, contra remuneração, a prestação de um serviço.

⁵⁵M. ELISABETE GOMES RAMOS, Reembolso Societário, *in* Direito das Sociedades em Revista, II Congresso, págs. 382 e ss.

⁵⁶P. CAETANO NUNES, Dever de Gestão dos Administradores de Sociedades Anónimas, págs. 9, 10 e 172.

Existe, no entanto, quem reconduza o contrato de administração a um subtipo do mandato com representação, o que implicaria a aplicabilidade directa das normas do regime do mandato ao contrato celebrado entre a sociedade e o administrador. O art. 1157.º do CC define mandato em função da imposição da prática de actos jurídicos por conta de outrem, sendo essas as características essenciais para a qualificação do mandato. A administração implica, efectivamente, a actuação por conta de outrem, mas o cerne da prestação de gestão não consiste tanto na prática de actos jurídicos como na tomada de decisões empresariais e na actividade de vigilância. Nas sociedades anónimas o conjunto dos sócios não tem o poder de instrução sobre o administrador (arts. 373.º, n.º 3 e 405.º, n.º 1, do CSC), sendo este apenas atribuído ao conselho de administração. Assim, estão verificadas divergências em número suficiente para se rejeitar a tal aplicabilidade directa das normas do regime do mandato ao contrato de administração. Fica, no entanto, aberta a possibilidade da aplicação por analogia destas normas, por força do disposto nos arts. 10.º e 1156.º do CC⁵⁷.

Apesar de haver ainda na doutrina quem considere que a relação de administração está configurada na lei como mandato, de base contratual⁵⁸, não basear a relação que liga o administrador à sociedade na figura do mandato é hoje uma posição praticamente consensual, o que significa que não se deve fundar o reembolso societário na questão já superada de averiguar se a sociedade, ou mesmo os sócios, são mandantes dos administradores, mas sim questionar se, ainda assim, é pertinente convocar neste âmbito a norma que impõe ao mandante a obrigação legal de indemnizar o mandatário do prejuízo sofrido em consequência do mandato. O art. 1167.º do CC determina, na sua alínea *c*), que o mandante é obrigado a “reembolsar o mandatário das despesas feitas que este fundadamente tenha considerado indispensáveis”, e acrescenta na alínea *d*) que este é também obrigado a “indemnizá-lo do prejuízo sofrido em consequência do mandato, ainda que o mandante tenha procedido sem culpa”. Estão, portanto, autonomizadas as despesas indispensáveis realizadas pelo mandatário, por um lado, e os prejuízos sofridos por este em resultado do mandato, por outro. A remissão intra-sistemática expressa no art. 987.º, n.º 1, do CC, disposição referente aos direitos e obrigações dos administradores, determina que o âmbito de aplicação do regime do mandato se estende à gestão das sociedades civis, ou seja, as sociedades civis têm a obrigação de reembolsar as despesas e indemnizar os prejuízos em

⁵⁷P. CAETANO NUNES, *Dever de Gestão dos Administradores de Sociedades Anónimas*, págs. 172 e ss.

⁵⁸C. FERREIRA DE ALMEIDA, *Contratos III*, pág.174.; A. L. DIAS PEREIRA, *Direito Comercial das Empresas*, pág. 148.

que os seus administradores incorram no exercício do cargo (arts. 987.º, n.º 1, e 1167.º, alíneas *c*) e *d*), do CC). Este dever legal de reembolso de despesas e indemnização de prejuízos aplica-se ainda a um conjunto mais alargado de relações jurídicas que, sendo estruturalmente diversas, têm em comum uma situação de gestão de património alheio (mandato comercial, comissão, gestão de negócios, administração de sociedade, *etc.*), sendo precisamente esse o fio condutor que as aproxima. Assim, as disposições do mandato funcionam, quanto à obrigação de reembolso de despesas e de indemnização dos danos, como normas-padrão. De várias normas jurídico-positivas com vigência no ordenamento jurídico português é possível retirar o princípio geral de que “aquele que se encontra legitimado para cuidar de negócios alheios deve ser reembolsado de despesas indispensáveis e compensado dos prejuízos que essas funções lhe tenham provocado”⁵⁹.

Estabelecida a aplicabilidade, por analogia, das normas do mandato ao contrato de administração, especialmente no que ao reembolso de despesas feitas e prejuízos sofridos diz respeito, e face ao silêncio da doutrina e jurisprudência portuguesas quanto à temática do reembolso societário, importa analisar de forma mais detalhada a figura contratual do mandato e assim desvendar, com mais pormenor, as particularidades do reembolso societário e, se possível, as regras que, entre nós, ditam o seu funcionamento, assim como a sua natureza jurídica.

3.3.1.1. Regime do reembolso societário

O dever do mandante de indemnizar o mandatário pelos danos provocados por terceiros e conexionsados com o cumprimento do mandato tem longa tradição na doutrina portuguesa, sendo tal posição defendida entre nós desde o séc. XIX. Já o Código de Seabra previa, no seu art. 1344.º, o direito do mandatário a uma indemnização pelos prejuízos. Para além disso, o mandante estava constituído na obrigação de indemnizar o mandatário de todas as despesas provenientes do cumprimento do mandato, “desde que este não excedesse os seus poderes e procedesse de boa-fé”. O nosso Código Civil actual, na supramencionada alínea *c*) do seu art. 1167.º, estabeleceu o mesmo regime. A obrigação de reembolso de despesas compreende-se, uma vez que o mandatário actua por conta do mandante, devendo este compensá-lo pelo que ele tenha tido que adiantar para efeitos de execução do mandato.

⁵⁹M. ELISABETE GOMES RAMOS, *O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores*, págs. 350 e ss.

Existe quem considere que esta obrigação é, no entanto, de surgimento eventual, isto é, que surge apenas quando tenha sido convencionada a inexistência de provisão para despesas ou, sendo esta insuficiente, o mandatário opte por não fazer uso da faculdade que lhe é conferida pelo art. 1168.º, relativo à suspensão da execução do mandato⁶⁰. No entanto, e como resulta de considerações já tecidas, esta posição não conta com a nossa concordância.

O regime actual socorre-se de um critério de apreciação do grau de necessidade das despesas um pouco mais rigoroso que o do Código de Seabra. Assim, a obrigação de reembolso abrange, para além das quantias despendidas, os respectivos juros, calculados de acordo com a respectiva taxa legal. Este regime aproxima-se do estabelecido na primeira parte do 1.º ponto do art. 1720.º do *Codice Civile* italiano, mas vai mais além, sendo mais rigoroso. O art. 1720.º do *Codice* apenas determina a obrigação de o mandante reembolsar o mandatário das antecipações, acrescidas dos juros legais, tendo sido deixada à doutrina e à jurisprudência a incumbência de definir quais são efectivamente as antecipações que dão direito a reembolso. Tendo limitado a obrigação de reembolso às despesas que o mandatário tenha fundadamente considerado indispensáveis, o legislador português socorreu-se de um “critério misto, subjectivo e objectivo”: é o próprio mandatário que determina quais as despesas indispensáveis, mas para se prevenirem juízos de indispensabilidade exagerados e objectivamente infundados, ou reembolsos relativos a despesas supérfluas ou excessivas, o critério subjectivo é atenuado por um juízo de razoabilidade. Este duplo critério de apreciação de indispensabilidade não implica, no entanto, que se desconsidere a barreira constituída pelos limites do mandato, o que significa que as despesas devem estar sempre contidas no âmbito das instruções do mandante.

A apreciação objectiva da indispensabilidade das despesas deve referir-se ao momento em que elas foram feitas e não a qualquer outro momento subsequente à execução do mandato. Esta opção justifica-se por o primeiro critério ser o da apreciação subjectiva da indispensabilidade, que é feita no momento da aplicação do dinheiro. Uma aplicação *a posteriori* revelar-se-ia prejudicial ao mandatário, pois seriam considerados, em relação a algumas despesas, determinados factos, dados e consequências de que ele não tinha conhecimento no momento em que as realizou, nem tinha a obrigação de conhecer. Como exemplo desta possibilidade, imagine-se que, em prol da venda de coisas do mandante, o mandatário realizou despesas relacionadas com publicidade. No entanto, a publicidade feita

⁶⁰A. MENEZES CORDEIRO, *Direito das Obrigações* (vol. III), pág. 368; L. MENEZES LEITÃO, *Direito das Obrigações* (vol. III), págs. 438 e 439.

não veio a influir na concretização da venda, e o mandante vem invocar que a despesa correspondente foi inútil, de modo a furtar-se ao seu reembolso. A regra que fixa a apreciação da indispensabilidade das despesas no momento da sua realização vem impedir que tal suceda.

Existe também a possibilidade de o mandante contestar não a realização das despesas propriamente ditas, mas sim o seu montante. Nesta situação, terá de demonstrar que o mandatário podia ter conseguido o mesmo efeito com uma despesa menor. Este, por sua vez, terá de aduzir elementos que demonstrem que actuou com a diligência devida de um bom gestor.

Para além da obrigação de reembolsar as quantias despendidas pelo mandatário, o mandante deve-lhe também juros legais reportados ao momento em que as despesas foram efectuadas. Estes juros têm uma natureza compensatória e não moratória, uma vez que, desde a sua aplicação, as quantias despendidas foram utilizadas para proveito do mandante, tendo deixado de ser proveitosas para o mandatário. Por outras palavras, os juros são destinados a compensar o mandatário por uma provisão de capital que ele não deveria ter suportado. A obrigação do pagamento de juros continua a existir mesmo que a execução do mandato não tenha tido êxito, uma vez que é independente do carácter gratuito ou oneroso do contrato, tendo lugar mesmo que as quantias despendidas pelo mandatário estivessem imobilizadas⁶¹.

No que diz respeito à obrigação de o mandatário ser indemnizado pelo prejuízo que sofrer em consequência do mandato, impunha o art. 1344.º do Código de Seabra que o mandante indemnizasse o mandatário de todos os prejuízos que lhe proviessem do cumprimento do mandato, desde que o mandatário não excedesse os seus poderes e agisse de boa-fé. Não se considerava a fórmula utilizada como sendo suficientemente limitativa, sendo reconduzida ao critério do art. 2000.º do *Code Civil* francês, que dispõe que o mandante deve indemnizar o mandatário das perdas que tenha sofrido em consequência da sua gestão⁶².

O actual *Codice Civile* italiano, no ponto 2.º do já referido art.º 1720.º, pretendeu colocar um fim às dúvidas que se levantavam na legislação sobre o âmbito da obrigação de indemnização por parte do mandante, esclarecendo que este só deve cobrir os danos em que o mandatário tenha incorrido em consequência do seu encargo. Assim, é introduzido um

⁶¹A. MENEZES CORDEIRO, *Direito das Obrigações* (vol. III), págs. 368 e ss.; L. MENEZES LEITÃO, *Direito das Obrigações* (vol. III), pág. 439.

⁶² Dispõe o art. 2000.º do *Code Civil*: “*Le mandant doit aussi indemniser le mandataire des pertes que celui-ci a essuyées à l'occasion de sa gestion, sans imprudence qui lui soit imputable.*”

critério de causalidade na determinação dos danos indemnizáveis, uma vez que o mandante só deve indemnizar os danos sofridos pelo mandatário que sejam consequência directa do mandato. Ficam, desta forma, excluídos os danos com os quais o mandato tenha uma relação de mera ocasionalidade, mesmo que tenham ocorrido durante a execução do mandato.

O critério da causalidade foi também adoptado pelo legislador português na alínea *d*) do art.º 1167.º do CC, que dispõe que o mandante deve indemnizar o mandatário do prejuízo sofrido em consequência do mandato, ainda que este tenha agido sem culpa. Consagra-se, deste modo, a cargo do mandante, uma responsabilidade objectiva que tem como fundamento a própria relação de mandato. O mandante, como titular do interesse que é, deve suportar tanto as vantagens como as desvantagens que do acto resultem, ou seja, actuando o mandatário por conta do mandante, é na esfera jurídica deste que se devem repercutir tanto os ganhos obtidos pelo mandatário como os prejuízos que a sua actuação tenha causado. A responsabilidade do mandante pelos prejuízos sofridos pelo mandatário por causa do mandato só é afastada quando os danos resultem de culpa do mandatário ou de terceiro, isto é, a responsabilidade do mandante pelos danos sofridos pelo mandatário prescinde da culpa daquele. No entanto, não se dispensa a existência de um nexo de causalidade, tal como determina o art. 563.º do CC. A lei exige que o prejuízo seja sofrido em consequência do mandato, não se contentando com a sua mera ocorrência por ocasião deste. A causalidade do mandato em relação aos danos sofridos é naturalmente excluída quando o prejuízo for causado por terceiro ou resultar de um facto culposos do lesado, em decorrência do disposto no art. 570.º do CC. A causalidade deve ser provada pelo mandatário nos termos gerais, previstos no art. 342.º, n.º 1, ainda do mesmo diploma⁶³.

Se aplicarmos estas conclusões ao contrato de administração, e consequentemente ao reembolso societário, é possível vislumbrar o âmbito de aplicação desta figura e saber quais as despesas e prejuízos do mandatário que devem ser assumidas pelo património da sociedade ao invés de recaírem sobre o património pessoal do administrador. O reembolso societário não se encontra regulado no CSC, nem é possível encontrar neste diploma qualquer norma a ele aplicável por analogia. No seu art. 2.º, no entanto, está previsto que quaisquer lacunas, na falta de normas aplicáveis a caso análogo, serão integradas pelas “normas do Código Civil sobre o contrato de sociedade” (art. 987.º), desde que tal não se revele contrário aos princípios fundamentais do CSC nem aos princípios informadores do

⁶³A. MENEZES CORDEIRO, *Direito das Obrigações* (vol. III), págs. 371 e ss.; L. MENEZES LEITÃO, *Direito das Obrigações* (vol. III), pág. 439.

tipo societário adoptado, ou seja, o CSC não se opõe à intervenção da analogia *legis* nem da analogia *iuris*. Nada indica que os princípios gerais do CSC ou os princípios informadores de cada um dos tipos societários se oponham a que se opere uma analogia *legis* (por referência ao art. 1167.º, alíneas *c*) e *d*), do CC) ou uma analogia *iuris* (por intermédio do princípio geral acima mencionado). Alguns autores entendem que para se resolverem questões sobre a administração das sociedades comerciais, particularmente das sociedades anónimas, se deve recorrer subsidiariamente às normas sobre o contrato de sociedade. Estas, por sua vez, remetem para as normas do mandato, sendo nestas últimas que os autores baseiam o direito à indemnização dos administradores⁶⁴. Por outro lado, existe quem prefira fundar o direito à indemnização nos arts. 403.º, n.º 5, e 430.º, n.º 2, do CSC para os administradores das sociedades anónimas, e no art. 257.º, n.º 7, do mesmo diploma para os gerentes das sociedades por quotas⁶⁵. Seja qual for a posição adoptada, parecem não restar dúvidas de que os administradores de sociedades comerciais (assim como os de sociedades civis em forma comercial) devem beneficiar do reembolso de despesas ou da indemnização dos prejuízos sofridos no exercício do cargo.

São já menores, no entanto, as certezas quanto a saber se um administrador que cumpriu os seus deveres funcionais tem o direito a exigir da sociedade o reembolso das despesas de defesa que tenham advindo de acções de responsabilidade contra ele intentadas, de forma infundada, por causa de actos de gestão por ele praticados. Para que se constitua o direito do administrador a exigir estas despesas, é necessário que se estabeleça um nexo de causalidade. Se as despesas de defesa custeadas pelo administrador forem tomadas autonomamente, sem relação com qualquer outro acto, como actos de gestão independentes, não será lícito à sociedade reembolsá-las, uma vez que não foram provocadas pelo desempenho do cargo, mas sim pela fortuita decisão de demandar o administrador, e neste caso o seu reembolso seria estranho ao objecto social. No entanto, é possível preservar o nexo de causalidade referindo as despesas de defesa do administrador aos actos de gestão que as causaram. Como já foi referido, as decisões empresariais dos administradores são tomadas em ambiente de incerteza, num espaço de discricionariedade, e comportam um certo risco. Quaisquer actos de gestão praticados, nomeadamente quando os resultados não são os

⁶⁴L. BRITO CORREIA, *Direito Comercial*, 2º volume, pág. 87; A. MENEZES CORDEIRO, *Da Responsabilidade Civil dos Administradores das Sociedades Comerciais*, pág. 383; M. ELISABETE GOMES RAMOS, *Reembolso Societário*, in *Direito das Sociedades em Revista*, II Congresso, págs. 386 e 387.

⁶⁵J. M. COUTINHO DE ABREU, *Curso de Direito Comercial*, vol. II, pág. 587.

melhores, podem ser alvo de controvérsia, contestação e mesmo tentativa de responsabilização. Assim se compreende que o “risco de processo”, tal como o risco de despesas de defesa que dele decorre, sejam inerentes ao cargo de administrador de uma sociedade. As decisões empresariais que os administradores tomam no cumprimento do objecto social são sempre susceptíveis de ser contestadas e de, por isso, causarem despesas de defesa aos administradores. Se as despesas de defesa tiverem servido para provar que a decisão tomada pelos administradores no cumprimento do objecto social não foi irracional, está intacto o desejado nexo de causalidade.

O dever legal de reembolso societário não diz respeito apenas à responsabilidade interna do administrador, alargando-se à responsabilidade externa, o que significa que abrange o reembolso de despesas de defesa provocadas por acções de responsabilidade intentadas por terceiros. Estando as despesas necessárias ao cumprimento do mandato abrangidas pelo art. 1167.º, alínea *c*), do CC, reduzir a norma constante da alínea *d*) do mesmo artigo às despesas tendentes a cumprir o contrato seria torná-la inútil. A sociedade, sendo a titular do interesse e também a parte que retira as vantagens do acto, deve suportar os riscos inerentes ao cargo de administrador⁶⁶.

3.3.1.2. Natureza jurídica do reembolso societário

Estando traçado, de forma geral, o regime do reembolso societário, o lógico passo seguinte é procurar saber da natureza jurídica desta figura.

Tratando-se o reembolso societário, em termos práticos, de uma quantia pecuniária paga pela sociedade ao administrador, independentemente da sua razão de ser ou do que esteve na sua origem, poderá cair-se no erro de o confundir, à primeira vista, com um elemento remuneratório do cargo de administrador. Segue-se uma breve caracterização do conceito de remuneração, tendo em vista fundamentar a diferente natureza das duas figuras.

Os gestores das sociedades anónimas são, idealmente, profissionais altamente competentes, especializados não apenas de forma geral na administração de grandes empresas mas, com frequência, particularmente especializados também na área em que se centra a actividade social. É precisamente pelos seus vastos conhecimentos técnicos e enorme experiência que são propostos para desempenhar funções. A remuneração dos

⁶⁶M. ELISABETE GOMES RAMOS, *O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores*, págs. 354 e ss.

membros do órgão de administração é deliberada pelos accionistas, integrando a respectiva competência, tal como disposto no art. 399.º, n.º 1, do CSC. A lei pressupõe que as funções em órgãos de administração e representação sejam remuneradas visto que são asseguradas, em geral, por quem não tem possibilidade de obter, mesmo que por outra via, uma retribuição da sua prestação, uma vez que, não sendo accionista com uma participação significativa, o administrador não pode esperar ser remunerado pelos lucros, salvo se o contrato de sociedade o prever expressamente (n.º 2 do mesmo artigo). Com vista a fixarem o quantitativo da remuneração dos administradores societários, os accionistas podem tomar, em assembleia geral, a respectiva decisão ou optar por, na mesma sede, constituir para o efeito uma comissão de remunerações ou vencimentos (n.º 1). Em qualquer caso, mesmo que a competência seja delegada, os accionistas não deixam de se poder pronunciar sobre a matéria da remuneração dos titulares dos órgãos sociais, formulando as propostas que considerem adequadas a esse propósito, e devendo o presidente da mesa, por sua vez, submeter estas à apreciação da assembleia geral. A competência dos accionistas nesta matéria é, portanto, eventualmente cumulativa com a da comissão de remunerações que tenha sido constituída para o efeito⁶⁷.

O regime da remuneração dos administradores das sociedades comerciais encontra-se previsto de forma genérica no CSC, na parte relativa às sociedades anónimas. No conceito de remuneração que as sociedades utilizam nas suas práticas, consideram-se incluídos vários sistemas retributivos: a) retribuição fixa, que corresponde a uma componente de remuneração não dependente do desempenho e devida numa base mensal geralmente correspondente a 12 meses por ano; b) retribuição variável, calculada com base em critérios de desempenho; c) pagamentos iniciais, aquando da contratação, conhecidos na praxe societária como *golden hellos*; d) indemnização em caso de destituição, incluindo-se nesta qualquer pagamento causado pelo término antecipado de contratos celebrados por membros do órgão de administração; e) utilização de bens sociais, como viatura, telemóvel ou casa; f) senhas de combustível, de refeições ou *plafond* de cartão de crédito (vulgos *perks*); g) participação na distribuição de lucros através de recebimentos de quantias pecuniárias; h) participação em planos de *stock options*, *stock appreciation rights* ou equivalentes; i) contribuições para planos de reforma e previdência; j) concessão de empréstimos. Habitualmente, as sociedades fazem reduzir a escrito um acordo com os respectivos

⁶⁷P. OLAVO CUNHA, *Direito das Sociedades Comerciais*, págs. 741 e ss.

dirigentes no qual se indicam os elementos remuneratórios, individualmente discriminados⁶⁸.

Resulta do exposto que nem o reembolso societário nem nenhuma figura análoga têm cabimento em qualquer uma das várias categorias de sistemas retributivos que compõem o conceito de remuneração previsto no regime do CSC. Das diferentes categorias referidas, apenas as duas primeiras, referentes a retribuição fixa e a retribuição variável, gozam de um relativo grau de indeterminação. Mas mesmo estas se revelam incapazes de abarcar o conceito de reembolso societário, pois este é incerto, não só quanto ao seu montante, como também quanto à sua própria realização. Assim, torna-se evidente que o reembolso não possa ser considerado como parte de uma remuneração fixa, que deve ser previamente determinada, referente a um período determinado de exercício do cargo e ser paga periodicamente, nem como parte de uma remuneração variável, correspondente ao que coloquialmente se designa por “prémios”, e que é estabelecida em função do desempenho e do contributo do gestor para os resultados da sociedade ou, no caso de a empresa não gerar lucros, em função de outro critério previamente acordado. Fica assim afastada a hipótese de classificação da prestação paga pela sociedade ao administrador a título de reembolso societário como sendo parte da sua remuneração⁶⁹.

Mantém-se, portanto, a incerteza quanto à natureza jurídica do reembolso da companhia. Tendo já ficado claro não se tratar de nenhum tipo de remuneração dos administradores ou de outros titulares de órgãos sociais, é necessário continuar a procura por uma resposta satisfatória. Assim sendo, e se a natureza remuneratória parecia ser, à primeira vista, a solução mais intuitiva, e tendo esta sido já afastada, ao mantermos a mesma linha de pensamento chegamos naturalmente àquela que parece ser a segunda melhor aposta: o reembolso societário, e a quantia paga pela sociedade ao administrador a esse título, como sendo uma obrigação baseada em responsabilidade civil. Afinal de contas, este valor pode ser garantido pelo seguro de responsabilidade civil dos administradores, mais concretamente pela sua cobertura designada *Side B*, no caso de as sociedades decidirem transferir para uma seguradora o risco de terem de reembolsar os seus administradores. Se, não obstante a diversidade de coberturas do moderno *D&O Insurance*, pensarmos naquela que é a sua original e tradicional função, isto é, a cobertura do risco de surgimento, na esfera jurídica do

⁶⁸FÁTIMA GOMES, Remuneração de administradores de sociedades anónimas “cotadas”, em geral, e no sector financeiro, em particular, *in* Direito das Sociedades em Revista, I Congresso, págs. 309 e ss.

⁶⁹P. OLAVO CUNHA, Direito das Sociedades Comerciais, págs. 541 e ss.

administrador-segurado e em consequência do desempenho das suas funções, de uma obrigação de indemnizar terceiros, ou numa formulação mais directa, a cobertura do risco de responsabilidade civil, compreende-se que se possa assumir que o reembolso societário, figura que lhe é tão próxima, seja da mesma natureza. Este não é, novamente, o caso, e de seguida fundamentar-se-á essa posição.

Responsabilidade civil, no seu sentido lato, significa quer a responsabilidade que provém da falta de cumprimento de uma obrigação emergente de um contrato, de um negócio unilateral ou da lei (responsabilidade contratual), quer a que resulta de uma violação de um direito absoluto ou da prática de um acto que, muito embora lícito, cause prejuízo a outrem (responsabilidade extracontratual)⁷⁰. Quando falamos em reembolso societário não falamos em responsabilidade civil uma vez que a prestação realizada pela sociedade ao administrador para esse efeito não resulta da violação de nenhuma disposição contratual ou legal, e muito menos resulta da violação de um direito absoluto ou da prática de um acto lícito danoso. No capítulo anterior concluímos que o reembolso societário é um dever legal que decorre da natureza da relação jurídica que se estabelece entre o administrador e a sociedade e da aplicabilidade a esta, por analogia, das regras do mandato. Assim, por ordem de razão, a natureza jurídica do reembolso societário será equivalente à das obrigações do mandante, previstas nas alíneas *c)* e *d)* do art. 1167.º do CC.

A leitura destes preceitos não deixa margem para dúvidas de que correspondem a uma manifestação do princípio do ressarcimento ou da imputação de danos, princípio fundamental do direito das obrigações que nos diz que, sempre que haja uma razão de justiça da qual resulte que um determinado dano deva ser suportado por pessoa diferente do lesado, deve ser essa pessoa a suportar esse dano. A transferência do dano do lesado para outrem opera-se mediante a constituição de uma obrigação de indemnização, prevista no art. 562.º do CC, e através da qual se deve reconstituir a situação que existiria se não tivesse ocorrido o evento lesivo⁷¹. Tradicionalmente, a obrigação de indemnizar era vista na doutrina e na legislação como um efeito do não cumprimento das obrigações e, no caso da responsabilidade extracontratual, delituosa ou aquiliana, como uma consequência da prática de factos ilícitos. No entanto, já desde o tempo dos trabalhos preparatórios do actual Código Civil que o leque de fontes da obrigação de indemnizar se tem vindo a alargar substancialmente, e é hoje consensual na doutrina que esta pode resultar de inúmeros factos.

⁷⁰J. ANTUNES VARELA, *Das Obrigações em Geral* (vol. I), 10.ª Edição, págs. 518 e ss.

⁷¹L. MENEZES LEITÃO, *Direito das Obrigações* (vol. I), págs. 48 e 49.

De entre eles, tem particular interesse para o nosso estudo aquele que se refere ao prejuízo causado por certos factos lícitos, e que a lei considera justo ser reparado por quem beneficia com a prática do acto ou por quem tomou a iniciativa de o praticar. Desta categoria de fontes da obrigação de indemnizar são exemplos, entre muitos outros presentes no articulado do CC, disposições como o n.º 2 do art. 339.º, referente à indemnização devida ao lesado em caso de dano causado em estado de necessidade, ou mesmo o n.º 1 do art. 1552.º, que versa sobre a indemnização que acompanha a constituição da servidão de passagem devida pelo proprietário que tiver provocado, sem justo motivo, o encrave relativo ou absoluto do prédio. Não falamos aqui em responsabilidade objectiva, isto é, responsabilidade pelo risco (arts. 500.º e seguintes do CC), uma vez que já excluimos a natureza de responsabilidade civil da prestação devida a título de reembolso societário, e a responsabilidade objectiva em concreto pressupõe um risco criado ou mantido em proveito próprio, devendo quem dele colhe o principal benefício, por ordem de razão, suportar também as consequências prejudiciais que do seu emprego resultem (*ubi emolumentum, ibi onus; ubi commodum, ibi incommodum*). Este enunciado corresponde à teoria do risco, e não se figura que seja convocável aqui, quer no caso da *corporate indemnification*, quer no caso dos exemplos acima mencionados⁷².

Quanto à obrigação de reembolsar as despesas feitas pelo mandatário, acrescidas de juros legais desde que foram efectuadas (alínea *c*) do art. 1167.º), diz a doutrina tratarem-se de juros compensatórios e não moratórios, pois o mandante não faltou ao cumprimento de nenhuma obrigação, e acrescenta que se presume a convenção de antecipação das despesas por parte do mandatário no final da alínea *a*). Se, no entanto, não houver de facto convenção, não deixa de se aplicar o disposto na alínea *c*). Já em relação à obrigação prevista na alínea *d*) do art. 1167.º, não é só a doutrina que a identifica como uma obrigação de indemnizar (independente da culpa do mandante), pois a letra da lei não deixa margem para dúvidas de que foi intenção também do legislador que esta correspondesse a uma verdadeira obrigação de indemnizar. Ao referir-se aos prejuízos sofridos em consequência do mandato, a lei supõe existir um nexo de causalidade adequada entre o mandato e o prejuízo, afastando o prejuízo resultante de actos meramente fortuitos ou de nexo apenas accidental com o mandato. Consideram-se, ainda, aplicáveis a esta disposição os artigos 562.º e seguintes do CC, ou seja, o regime da obrigação de indemnização, e que apenas devem ser excluídos da obrigação de indemnizar os danos imputáveis ao mandatário ou a terceiro⁷³.

⁷²J. ANTUNES VARELA, *Das Obrigações em Geral* (vol. I), 10.ª Edição, págs. 629 e 876 e ss.

⁷³J. ANTUNES VARELA e PIRES DE LIMA, *Código Civil Anotado*, págs. 805 e 806.

Flui do exposto que o reembolso societário consiste numa obrigação de indemnização da sociedade para com o administrador. Esta obrigação baseia-se na prática de um facto lícito do administrador que, no melhor interesse da sociedade e em benefício desta, o obrigou a incorrer em despesas e lhe causou prejuízos para o seu património pessoal. Verificado o nexo de causalidade entre o facto praticado pelo administrador no exercício das suas funções e as perdas que este sofreu, a sociedade deve indemnizá-lo.

3.3.2. Fundamentação orgânico-funcional

Resulta das considerações anteriores que as despesas de defesa são consideradas um prejuízo no património do administrador. Sendo o reembolso societário destas admitido, estamos perante um instrumento de preservação do património dos administradores, o que não deixa dúvidas de que lidamos aqui com um problema jurídico-societário. Convocar “as civilísticas normas do mandato para enquadrar o societário problema da responsabilidade pelas despesas de defesa do administrador que actuou em conformidade com o direito”⁷⁴ corresponde a uma tendência muito criticada. No entanto, um raciocínio que estabeleça uma analogia com as regras do mandato não impede que se encontre também um caminho orgânico-funcional para a fundamentação do reembolso societário.

O administrador desempenha as suas funções no contexto da estrutura organizativa da sociedade, mais especificamente, do órgão de administração e de representação da sociedade, e a sua tarefa deve ser cumprida em consonância com o interesse social. No contexto da actividade orgânica que os administradores desenvolvem, são imputados à sociedade não só os efeitos dos actos como a vontade de os praticar. Sendo os actos da sociedade praticados por quem é organicamente competente, parece juridicamente adequado que as diminuições patrimoniais resultantes de despesas de defesa relacionadas com aqueles constituam encargos do património social. Não havendo violação dos deveres funcionais, a diminuição patrimonial que surja em resultado da prossecução do interesse societário deve onerar o património da sociedade e não o do administrador.

Sem prejuízo do exposto, não deve ser condição do reembolso societário a titularidade formal do órgão de administração, isto é, devem beneficiar dele não só os administradores de direito como também os administradores de facto. Nem sempre a

⁷⁴M. ELISABETE GOMES RAMOS, *O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores*, págs. 358 e ss.

administração se refere aos administradores ou gerentes formalmente designados e que exercem regradamente as suas funções, isto é, os administradores de direito. Muitas vezes a administração é levada a cabo por administradores de facto, ou seja, indivíduos que, sem provimento, desempenham as tarefas típicas de administração da sociedade: decidem (e eventualmente tratam) dos negócios sociais na primeira pessoa, agindo na posição dos administradores de direito sem qualquer intermediário, ou actuam indirectamente sobre a administração instituída ou sobre administradores de facto directos, impondo as suas instruções e escolhas. Estes sujeitos merecem a qualificação de administradores, uma vez que, directa ou indirectamente, levam a cabo a tarefa de administrar a sociedade e gozam do poder de independência decisória que caracteriza a esfera dos administradores. Desta forma, se protagonizarem actos de má gestão, desrespeitando a lei, os estatutos, as deliberações sociais ou os deveres de diligência e lealdade inseparáveis do desempenho do cargo, devem estar igualmente submetidos ao risco de administração. Se o regime de responsabilidade funciona como uma forma de equilibrar o exercício de um poder, ficando comprovado o facto de haver quem administre como se de um administrador de direito se tratasse, este sujeito deve obedecer às regras da correcta e diligente administração. Tal como os administradores de direito, os administradores de facto também administram e, nesse sentido, devem cumprir as regras da correcta administração, sob pena de arcarem com as respectivas responsabilidades. De acordo com esta perspectiva funcional, estão sujeitos ao regime dos artigos 72.º e seguintes do CSC, apesar de o regime jurídico-societário português não contemplar normas que expressamente regulem a responsabilidade civil dos administradores de facto. Assim, se para efeitos de responsabilidade civil estão equiparados aos administradores de direito, se estão sujeitos aos riscos de administração tal como se de administradores de direito se tratassem, é de decorrência lógica que devem beneficiar dos mesmos meios de protecção do seu património contra perdas resultantes de acções contra eles intentadas por actos praticados nessa qualidade, desde que, claro está, esses actos tenham sido praticados com observância dos deveres funcionais da administração e no interesse da sociedade⁷⁵.

⁷⁵RICARDO COSTA, Responsabilidade Civil Societária dos Administradores de Facto, *in* Temas Societários (Instituto do Direito das Empresas e do Trabalho, Colóquios, n.º 2), págs 23 e ss.; J. M. COUTINHO DE ABREU, Responsabilidade Civil dos Administradores das Sociedades (Instituto do Direito das Empresas e do Trabalho, Cadernos, n.º 5), págs. 97 e ss.; M. ELISABETE GOMES RAMOS e J. M. COUTINHO DE ABREU, Responsabilidade de Membros da Administração para com a Sociedade, *in* Código das Sociedades Comerciais em Comentário (vol. I), págs. 844 e 845.

A assunção por parte da sociedade de despesas relacionadas com actos praticados em conformidade com o direito fomenta a discricionariedade nos actos de gestão, o que, como já foi referido, corresponde a um importante factor de desenvolvimento das empresas e da economia no seu todo. A protecção conferida pela *business judgement rule*, patente no n.º 2 do art. 72.º do CSC, não se revela suficiente, na medida em que sem protecção adicional o património pessoal do administrador continua sob ameaça de ser consumido em despesas de defesa causadas por lides infundadas. Assim, para garantir o exercício protegido da discricionariedade empresarial, é necessário articular o espaço de irresponsabilidade dos administradores consagrado no n.º 2 do art. 72.º com o dever de as sociedades reembolsarem os administradores de despesas causadas por processos de onde resulte a não responsabilidade destes. Se os administradores não violaram os seus deveres funcionais e os actos sujeitos a acção de responsabilidade foram praticados em funções, as diminuições patrimoniais deles resultantes devem ser integradas no património da sociedade⁷⁶. Por ordem de razão, o mesmo é válido para quaisquer incrementos patrimoniais com origem semelhante, sob pena de estarmos perante uma situação de enriquecimento ilícito.

3.4. Limites do dever legal de reembolso

A análise dos limites ao dever legal de reembolso societário passa, em primeiro lugar, pela distinção entre limite externo e limite interno. O primeiro, que corresponde a uma delimitação negativa, determina que escapam a este dever todas aquelas despesas suportadas pelos administradores que não estão relacionadas com o exercício do cargo. Já o limite interno separa as despesas de defesa provocadas por actos de gestão que são efectivamente reembolsáveis daquelas que não o são, preservando o património social de certos custos de defesa dos administradores cujo reembolso se revelaria juridicamente inadequado, como por exemplo quaisquer actos ilícitos que tenham causado danos não só à sociedade como também aos credores sociais ou aos investidores.

O limite externo ao dever legal de reembolso, uma vez que está relacionado com factos estranhos à gestão societária parece ser, por essa mesma razão, simples de identificar. De muito maior interesse e relevância prática para o nosso estudo é descortinar, com mais pormenor, a fronteira composta pelo limite interno e definir quais as despesas e prejuízos,

⁷⁶M. ELISABETE GOMES RAMOS, O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores, págs. 361 e 362.

resultantes de actos de gestão praticados pelo administrador no exercício das suas funções, que não devem onerar o património da sociedade.

Para além dos deveres fundamentais dos administradores, existe na lei um elenco de deveres concretos, de conteúdo determinado, que devem ser respeitados pelo administrador e que foram pensados para a protecção da própria sociedade, dos sócios ou de terceiros. A violação destes deveres poderá ter como consequência não apenas a responsabilidade civil, mas também a penal, assim como servir de fundamento para a destituição com justa causa⁷⁷. O art. 72.º, n.º 1, do CSC contém uma previsão geral de responsabilidade obrigacional para com a sociedade, por força da qual os administradores respondem, para com aquela, pelos danos que lhe causem com “preterição dos deveres legais ou contratuais”, salvo se provarem que não procederam com culpa. Entre os “deveres legais” encontram-se deveres legais específicos e deveres legais gerais: os primeiros resultam de forma imediata e específica da lei, ao passo que os segundos se revelam de modo relativamente indeterminado. Entre os deveres legais específicos dos administradores para com a própria sociedade, podem referir-se, a título de exemplo: *a)* a violação de cláusulas contratuais ou de deliberações sociais que fixem à sociedade determinado objecto ou que proíbam a prática de certos actos (art. 6.º, n.º 4); *b)* execução de deliberações relativas à distribuição de bens aos sócios, quando tais deliberações sejam ilícitas ou dotadas de vícios (art. 31.º, n.º 2); *c)* não-convocação da assembleia geral, ou não-requerimento da convocação da mesma, quando se esteja perante a perda de metade do capital social (art. 35.º, n.º 1); *d)* incumprimento do dever de relatar a gestão e de apresentar contas (art. 65.º, n.º 1) ou de proceder ao respectivo registo comercial (art. 70.º); *e)* inobservância do dever de declarar por escrito que, havendo aumento de capital, não têm conhecimento de ter havido, entre o dia do balanço que serviu de base à competente deliberação e o dia da deliberação em si, uma diminuição patrimonial que obste ao aumento (art. 93.º, n.º 1). Muitos outros deveres específicos podem ser encontrados fora do CSC, em diversos institutos societários e numerosas leis avulsas, e a violação de todos eles envolve uma presunção de culpa que caberá ao administrador ilidir. A medida da culpa mede-se pelo critério da “bitola de diligência”, isto é, a diligência de um gestor criterioso e ordenado (alínea *a)*, n.º 1, art. 64.º). Verificadas a ilicitude e a culpa do agente, verificado um dano e

⁷⁷S. NEVES SERAFIM, Os Deveres Fundamentais dos Administradores, *in* *Temas Societários*, pág. 529.

estabelecido o correspondente nexo de causalidade, o administrador é responsável perante a sociedade⁷⁸.

A responsabilidade civil dos administradores encontra-se protegida pela *business judgement rule*, consagrada no n.º 2 do art. 72.º do CSC. Como já vimos em momento anterior, esta regra determina que o administrador é apenas civilmente responsável quando a decisão que tomou for considerada irracional. É também necessário que se verifiquem determinados pressupostos ou condições, nomeadamente, que tenha sido tomada uma decisão, que os administradores e suas pessoas próximas não estejam em conflito de interesses relativamente ao objecto da decisão e que as normas procedimentais da decisão tenham sido cumpridas. Assim, a *business judgement rule* não é aplicável quando as decisões contrariem o dever de lealdade ou deveres específicos legais, estatutários ou contratuais dos administradores. Estes, ao agir, têm de actuar no interesse da sociedade e cumprir os deveres especificados⁷⁹.

O afastamento do dever legal de reembolso societário em caso de despesas surgidas como consequência de actos realizados em violação dos deveres fundamentais dos administradores parece ser de decorrência lógica dos princípios informadores da *business judgement rule*. Se assim não fosse, a figura funcionaria, para os administradores, como uma válvula de escape às consequências patrimoniais da sua responsabilidade civil. Se os administradores tomassem uma decisão em violação dos seus deveres, e portanto contrária ao interesse social, seriam condenados, mas não sendo o cumprimento destes deveres também critério para ser accionado o reembolso, ser-lhes-ia devolvido o valor que tivessem pago e acabaria por ser o património social a suportar a responsabilidade civil dos seus administradores. O dever legal de reembolso societário deve referir-se, exclusivamente, às despesas associadas à não correcção do desempenho das funções de administração. Para ser accionado o reembolso da companhia é necessário que haja uma decisão que, à luz do n.º 2 do art. 72.º do CSC, confirme a não-violação dos deveres funcionais dos administradores. A absolvição do administrador, por si só, não impõe automaticamente o reembolso, uma vez que, dependendo da acção que estiver em causa, não está

⁷⁸M. ELISABETE GOMES RAMOS e J. M. COUTINHO DE ABREU, Responsabilidade de Membros da Administração para com a Sociedade, in Código das Sociedades Comerciais em Comentário (vol. I), págs. 840 e ss.; A. MENEZES CORDEIRO, Manual de Direito das Sociedades (vol. I), págs. 925 e ss.

⁷⁹M. ELISABETE GOMES RAMOS e J. M. COUTINHO DE ABREU, Responsabilidade de Membros da Administração para com a Sociedade, in Código das Sociedades Comerciais em Comentário (vol. I), págs. 845 e ss.

necessariamente envolvido um juízo sobre o mérito ou demérito do administrador no exercício do cargo. A decisão sobre se a sociedade vai reembolsar ou não as despesas (que não tenham sido já absorvidas pelas regras de distribuição de custas de processo) depende de um juízo relativo às decisões empresariais que são objecto de contestação, juízo esse autónomo em relação ao desfecho processual favorável ao demandado⁸⁰.

No campo da responsabilidade penal, existe um conjunto de normas de protecção, previstas nos arts. 509.º e seguintes do CSC. A violação destas normas obriga a indemnizar, em termos aquilianos e por força da segunda parte do n.º 1 do art. 483.º do CC, mas não envolve presunção de culpa, pois tal presunção nunca poderia ter lugar no campo penal. A censura em que incorra o administrador deve ser especificamente alegada e provada por quem queira a sua responsabilização. Mas a falta desta prova pode não afastar o direito ao reembolso, pois de um modo geral, em processo penal, o administrador ser absolvido do crime não significa que não possa ter violado os seus deveres funcionais. Uma sentença criminal absolutória que declare que o administrador, arguido no processo, não cometeu os factos de que vinha indiciado, é muito diferente de uma sentença que absolva o administrador por os factos indicados no processo não constituírem crime, isto é, serem jurídico-penalmente atípicos. Apenas o primeiro, o juízo de não comissão dos factos ilícitos imputados ao administrador, traz como consequência o reembolso societário das despesas de defesa. Já o segundo, o juízo de atipicidade criminal do administrador-arguido, não equivalendo *ipsis verbis* a um juízo de ilicitude, não é suficiente para que ocorra reembolso. Mas a atipicidade criminal é compatível com a ilicitude civil, e portanto nestas circunstâncias a absolvição necessita, para que possa haver lugar ao reembolso das despesas, de um juízo jurídico-societário sobre os factos que deram origem ao processo penal, favorável ao administrador⁸¹.

Tratando-se o reembolso societário de uma obrigação de indemnização, parece ser de decorrência lógica que o direito que o administrador tem em ser compensado dos prejuízos que sofreu e das despesas em que incorreu prescreva nos termos gerais, previstos no art. 498.º do CC. A prescrição da obrigação de indemnizar depende da ultrapassagem de um dos dois prazos que a lei estabelece, alternativos entre si. O primeiro é o prazo de

⁸⁰M. ELISABETE GOMES RAMOS, O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores, págs. 360 e ss.

⁸¹A. MENEZES CORDEIRO, Manual de Direito das Sociedades (vol. I), págs. 925 e ss.; M. ELISABETE GOMES RAMOS, O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores, págs. 360 e ss.

prescrição ordinária a contar do facto danoso, estabelecido pelo art. 309.º, do mesmo Código, como sendo de vinte anos. O segundo prazo é de três anos a contar do momento em que o lesado tem conhecimento do direito que lhe compete, mesmo que não conheça a extensão integral dos prejuízos. A disposição acrescenta que, passado este prazo, o direito do lesado prescreve mesmo que, neste momento, este ainda desconheça a pessoa do responsável. Sendo que, no caso do reembolso societário, em que os prejuízos são reembolsáveis pela sociedade, ou oneram definitivamente o património do administrador, uma possível adaptação da letra da lei à especificidade do nosso objecto de estudo seria o direito do administrador caducar findo este prazo, mesmo que não saiba ainda se os prejuízos sofridos serão, ou não, reembolsáveis pela sociedade. Deixando o lesado passar um destes dois prazos sem exigir a indemnização (art. 323.º, n.º 1), o lesante poderá opor-lhe eficazmente a prescrição do seu direito, de acordo com o disposto no art. 304.º, n.º 1, ainda do CC⁸².

De uma forma geral, e em suma, fogem ao dever legal de reembolso societário as despesas de defesa causadas por actos de gestão ou representação ilícitos ou culposos. E recorrendo, novamente, ao cotejo com as regras do mandato, concluímos que os administradores, ao violarem os seus deveres funcionais com culpa, inviabilizam que os custos de defesa daí resultantes possam ser assumidos pela sociedade por força da aplicação analógica da norma do art. 1167.º, alínea *d*), que exige que não tenha havido culpa do administrador. De todo o modo, e em resultado do exposto, permitir o reembolso nesta situação representaria uma perversão da *business judgement rule*⁸³.

3.5. Convenções relativas ao reembolso societário

É possível, por meio de negócio jurídico, a sociedade alargar as margens de protecção dos administradores, obrigando-se a reembolsar despesas de defesa não abrangidas pelo dever legal de reembolso. Esta possibilidade não, no entanto, livre de determinados limites no que à liberdade negocial diz respeito, e todo e qualquer negócio relacionado com a assunção de despesas de defesa dos administradores tem de respeitar o objecto social.

⁸²L. MENEZES LEITÃO, Direito das Obrigações (vol. I), pág. 406.

⁸³M. ELISABETE GOMES RAMOS, O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores, pág. 361; M. ELISABETE GOMES RAMOS e J. M. COUTINHO DE ABREU, Responsabilidade de Membros da Administração para com a Sociedade, in Código das Sociedades Comerciais em Comentário (vol. I), pág. 841.

O negócio de assunção de despesas de defesa não implica, à partida, uma contrapartida para a sociedade. Não obstante, tal não significa que celebrar esta convenção extravase a capacidade de gozo da sociedade, ou que, por outro lado, esta deva ser considerada estranha à prossecução do objecto social, ou seja, a obtenção do lucro. Não são contrários ao objecto social actos que, por exemplo, promovam uma imagem favorável da sociedade, que favoreçam o recrutamento ou manutenção de colaboradores particularmente qualificados ou talentosos ou que fomentem oportunidades de futuras relações profícuas. O negócio jurídico de assunção de despesas de defesa não implica uma contrapartida sinalagmática para a sociedade mas não é estranho ao fim de obtenção de lucro na medida em que promove o espaço de discricionariedade dos administradores, potencia recursos que fortalecem a contraprova da não irracionalidade das decisões empresariais em discussão e pode contribuir para o combate a imputações infundadas, impedindo, dessa forma, a efectivação da responsabilidade solidária da sociedade, tal como prevista no art. 6.º, n.º 5, do CSC.

Interessa analisar em que medida os limites à liberdade negocial da sociedade podem intervir no âmbito do reembolso societário. É lícito alargar, por intermédio de negócio jurídico, as margens de protecção dos administradores ao ponto de a sociedade se comprometer a reembolsar despesas de defesa provocadas por actos de administração ilícitos e culposos. O art. 74.º do CSC, no seu n.º 1, estipula que convenções que excluam ou limitem a responsabilidade dos administradores estão feridas de nulidade. À primeira vista, poderá parecer que esta estipulação afasta qualquer hipótese de conformação contratual da assunção pela sociedade das despesas de defesa, mas a verdade é que se se tratar de um negócio referente a despesas resultantes de actos ilícitos ou culposos dos administradores, não estamos perante convenções de exclusão ou limitação da responsabilidade destes. Se for esse o caso, não se visa limitar contratualmente o montante da indemnização a ser prestada pelo lesante, nem se procura eliminar de forma antecipada a obrigação de reparar o dano, pois não se está a regular nem a existência da obrigação de indemnizar nem o montante desta. Assim, não é aplicável a proibição constante do art. 74.º, n.º 1, do CSC.

É possível definir os limites da liberdade negocial no campo do reembolso societário estabelecendo a distinção entre negócios prévios e negócios posteriores. O já referido art. 74.º do CSC proíbe cláusulas de exclusão ou de limitação da responsabilidade dos administradores, quer se refiram à responsabilidade interna ou à responsabilidade externa (n.º 1); admite a renúncia e a transacção sobre o direito de indemnização de que a sociedade é titular, desde que se verifiquem determinados requisitos (n.º 2); e impede que a aprovação

do balanço ou da gestão se confunda com uma renúncia à responsabilidade dos administradores (n.º 3). Tanto as convenções de exclusão e de limitação da responsabilidade como os negócios de renúncia e de transacção sobre o direito à indemnização de que a sociedade é titular têm o efeito prático-jurídico de afastar, ou de pelo menos atenuar, a obrigação indemnizatória de que o administrador-lesante é sujeito passivo. Consequentemente, os efeitos danosos da actuação dos administradores repercutem-se no património da sociedade. Mesmo havendo uma convergência de resultado, a lei tem para as duas figuras um tratamento normativo distinto: a lei proíbe que, por intermédio de convenções prévias, sejam imputadas à sociedade as consequências negativas da responsabilidade dos administradores (art. 74.º, n.º 1), mas admite que negócios posteriores à constituição da obrigação de indemnizar permitam ao administrador escusar-se ao cumprimento total ou parcial daquela (art. 74.º, n.º 2 e n.º 3).

A problemática do papel do sistema jurídico-societário da responsabilidade civil pela administração da sociedade no desenho dos limites da liberdade negocial em matéria de reembolso societário tem escassos pontos de apoio na legalidade vigente e a reflexão doutrinal sobre o assunto é praticamente inexistente. Ainda assim, da leitura das poucas cogitações sobre o tema em Portugal é possível entender que, de um forma geral, não serão lícitos quaisquer negócios mediante os quais, de forma antecipada, a sociedade se vincule a reembolsar despesas de defesa do administrador conexas com a prática de actos de gestão ou de representação ilícitos ou culposos, quer estes sejam constitutivos de responsabilidade interna ou de responsabilidade externa. Será assim por o sistema jurídico-societário de responsabilidade civil pela administração da sociedade impor uma forte restrição à liberdade contratual em sede de negócios que, *a priori*, onerem o património da sociedade com as consequências danosas da responsabilidade civil dos administradores.

Havendo, ao invés, uma assunção *a posteriori* de despesas de defesa suscitadas pela prática de actos ilícitos, o tratamento já será diferente. A sociedade poderá, nesta situação, conhecer retrospectivamente e de forma detalhada os actos de representação ou de gestão em causa para saber se servem ou não o interesse social, o que não significa estarmos perante um princípio de reembolso automático. Considerando a informação que estará ao alcance dos sócios, nomeadamente das minorias, parece legítimo que possam deliberar o reembolso dos administradores. Colocar a decisão sobre o reembolso destas despesas nas mãos dos sócios demonstra transparência e permite aos votantes dissidentes saber se a deliberação em causa esteve ou não enfermada de vícios, como por exemplo um interesse extra-social ou uma situação de abuso de maioria. Os negócios de reembolso societário de despesas de

defesa, neste caso, não envolvem a abdicação de direitos já constituídos no património da sociedade, e portanto representam um risco menor do que aquele que se verifica quando, por exemplo, por deliberação expressa, a sociedade renuncia a um direito de indemnização de que é titular⁸⁴.

3.6. Órgão competente para decidir o reembolso; prevenção de conflitos de interesses

É de fácil constatação o conflito de interesses que existe entre a sociedade e os administradores beneficiários do reembolso societário de despesas de defesa. Por forma a respeitar o dever de lealdade dos segundos perante a primeira, parece evidente que estes não possam participar na tomada de decisão que diga respeito a esta questão. Seria, antes de mais, uma violação do disposto no n.º 2 do art. 397.º do CSC, que determina a nulidade dos contratos celebrados entre a sociedade e os seus administradores que não tenham sido previamente autorizados por deliberação do conselho de administração, deliberação essa que tem de ter sido tomada sem a participação dos interessados, salvo o disposto no n.º 5 do mesmo artigo, referente à obtenção de vantagens especiais. O n.º 2 do art. 397.º compreende não apenas contratos celebrados directamente entre a sociedade e o administrador mas também os negócios em que o administrador participa por interposta pessoa, conceito que inclui não só as pessoas referidas no art. 579.º, n.º 2, do CC, ou seja, o cônjuge do administrador, pessoas de quem este seja herdeiro presumido, ou qualquer sujeito que, de acordo com o administrador, negoceie com a sociedade a fim de transmitir posteriormente a este o direito recebido da sociedade, como também inclui outros sujeitos, singulares ou colectivos, próximos do administrador, isto é, todos os sujeitos que ele possa influenciar directamente⁸⁵. Por vantagens especiais, em oposição às vantagens normais de um negócio, que resultam indirectamente para o administrador da realização de um negócio vantajoso para a empresa que este administra, entendem-se todas aquelas que se afastem do conceito de vantagens normais, fazendo entrar directamente no património do administrador aquilo que, no todo ou em parte, seria destinado à sociedade⁸⁶. Da definição de reembolso societário

⁸⁴M. ELISABETE GOMES RAMOS, *O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores*, págs. 362 e ss.

⁸⁵M. ELISABETE GOMES RAMOS, *O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores*, págs. 367; J. M. COUTINHO DE ABREU, *Negócios com a Sociedade*, in *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, págs. 327 e ss.

⁸⁶ABÍLIO NETO, *Código das Sociedades Comerciais: Jurisprudência e Doutrina*, pág. 772.

se compreende tratar-se de vantagem especial, no caso de deliberação do conselho de administração referente à assunção de despesas de defesa em que o interessado participe.

Muitas são as hipóteses em que um conflito de interesses levaria ao congelamento do funcionamento do órgão de administração, como por exemplo o órgão ser de composição unipessoal ou, em caso de órgão pluripessoal, a maioria dos titulares se encontrarem em conflito de interesses. Nesta última situação, a competência para deliberar o reembolso de despesas pertenceria ao órgão de administração, mas com a reserva de haver, em número suficiente, administradores legitimados para exercer o direito de voto e com vontade de o fazer. Não se verificando estes últimos requisitos, aí sim, a decisão seria devolvida aos sócios.

A solução considerada mais adequada tendo em conta as ponderações teleológicas do sistema é a que reconhece a competência exclusiva para decidir o reembolso societário à colectividade dos sócios, uma vez que a determinação do estatuto patrimonial dos administradores, no que a transferir bens do património da sociedade para o património destes diz respeito, escapa à competência do órgão de administração. Assim, o órgão competente para decidir o reembolso de despesas será a colectividade dos sócios, quer advenha de dever legal, quer de negócio jurídico. Ao abrigo da sua competência residual, descrita no n.º 2 do art. 373.º do CSC, a colectividade dos sócios é competente para deliberar sobre matérias que não caibam, por força da lei ou de contrato, nas atribuições de outro órgão. A deliberação relativa a esta matéria não segue o regime do art. 74.º, n.º 2, do CSC, relativo a deliberações de renúncia e de transacção do direito à indemnização. Segue, ao invés, o regime geral da maioria simples previsto nos arts. 248.º, n.º 1, e 386.º, n.º 1, do CSC, uma vez que: *a)* as deliberações relativas ao reembolso dos administradores não interferem com direitos de crédito constituídos no património da sociedade; *b)* e não existe, no âmbito da assunção de despesas de defesa, necessidade de protecção de “efeito útil de um direito de uma minoria qualificada”, pois os direitos da minoria já são suficientemente tutelados pelo exercício do direito à informação e pelo regime das deliberações anuláveis (abuso de maioria); as “minorias de bloqueio”, como a que se encontra prevista no art. 74.º, n.º 2, constituem um mecanismo de uso muito restrito no nosso sistema jurídico⁸⁷.

⁸⁷M. ELISABETE GOMES RAMOS, *O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores*, págs. 367 e ss.

4. Conclusão

4.1. A complementaridade entre as coberturas oferecidas pelo *D&O Insurance* e o reembolso societário. O seu papel na boa administração das sociedades

Ao longo da presente reflexão ficaram nossas conhecidas as características essenciais do seguro de responsabilidade civil dos administradores, por um lado, e do reembolso societário, por outro. Procurou-se, mediante a análise das suas respectivas particularidades, deixar clara a diferente natureza de ambas as figuras. Não obstante esta dicotomia, o principal foco ao longo de todo o estudo consistiu em realçar os pontos de contacto entre elas e, por conseguinte, a sua relação de complementaridade. Com a confiança de que este objectivo terá ficado cumprido, e em jeito de conclusão, estará chegado o momento de reafirmar aquelas que consideramos ser as principais ideias a reter, decorrentes da exposição anterior.

O cargo de administrador de uma sociedade anónima implica, para quem o desempenha, avultadas despesas. Estes encargos consistem geralmente em obrigações de indemnizar e em despesas de defesa jurídica, e a sua probabilidade de surgimento na esfera jurídica e patrimonial do administrador é tão forte que se aproxima da certeza. Sendo necessário assegurar o pagamento destes montantes a quem eles são devidos, e sendo de fácil constatação que tais valores ascendem, as mais das vezes, a quantias insuportáveis por uma só pessoa, é forçoso que existam, neste âmbito, mecanismos que funcionem como válvulas de segurança, para que nenhuma legítima pretensão fique por satisfazer. Assim, escolhemos dedicar-nos a analisar a forma como as coberturas do *D&O Insurance* podem funcionar em conjunto com o reembolso societário para resolver este problema.

Agindo o administrador no cumprimento dos deveres fundamentais que são corolários da função que desempenha, e no convicto melhor interesse da sociedade que dirige, não devem sobre ele recair as consequências patrimoniais das decisões tomadas e dos actos praticados. O simples facto de o administrador ser demandado, mesmo que infundadamente, implica custos. Parte destes valores seria sempre absorvida pelas regras processuais das custas de parte, mas sem qualquer outro fundo de maneo, estariam ainda abertas as portas a fortes prejuízos para o património do administrador. Felizmente, e convocando o regime do contrato de mandato, sabemos que lhe é devido um reembolso societário pelas despesas realizadas e pelos prejuízos sofridos em consequência da relação

jurídica estabelecida entre ele e a sociedade em prol da qual o administrador desenvolve a sua actividade.

Querendo as sociedades transferir para outrem o permanente risco de terem de indemnizar os seus administradores, e assim se protegerem da incerteza patrimonial que tal facto representa, poderão fazê-lo mediante a contratação de uma apólice de *D&O Insurance*. Terão, no entanto, de se certificar que esta inclui a designada Cobertura B, ou seja, a vertente deste seguro que garante, precisamente, os montantes devidos pela sociedade aos seus administradores a título de reembolso societário.

A rede de protecção conseguida através da conjugação da obrigação de reembolso societário com as coberturas oferecidas pelo seguro de responsabilidade civil dos administradores beneficia todos os intervenientes e confere segurança à vida das sociedades. Sendo as empresas as principais componentes da economia liberal moderna, e sendo certo que nenhum todo é mais do que a soma das suas partes, torna-se inegável o quão necessária é a confiança proporcionada pela disseminação destes mecanismos. Mas quiçá ainda mais relevante é a constatação do importante papel que estas protecções têm na prossecução da justiça, auxiliando à satisfação de legítimas pretensões juridicamente tuteladas.

Urge que a figura do reembolso societário, para clareza na aplicação do direito, seja especificamente prevista pela letra de lei, particularmente pelo articulado do Código das Sociedades Comerciais, não obstante a aplicação subsidiária das disposições do Código Civil referentes ao contrato de mandato. Do mesmo modo, é de suprema importância que o seguro de responsabilidade civil dos administradores continue o caminho que tem vindo a trilhar ao longo da sua história, tornando-se cada vez mais uma constante na realidade das sociedades comerciais.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, J. M. Coutinho de - Curso de Direito Comercial, vol. II, Almedina, 2017, Reimpressão da 5ª Edição de 2005;
- ABREU, J. M. Coutinho de - Negócios com a Sociedade, in Código das Sociedades Comerciais em Comentário, volume III, Almedina 2016;
- ABREU, J. M. Coutinho de - Responsabilidade Civil dos Administradores das Sociedades (Instituto do Direito das Empresas e do Trabalho, Cadernos, n.º 5), Almedina, 2010;
- ALMEIDA, C. Ferreira de, Contratos III – Contratos de Liberalidade, de Cooperação e de Risco, Almedina 2016, Reimpressão da 2ª Edição de 2013;
- BAKER, Tom - *Insurance Law and Policy, Cases and Materials*, 3rd Edition, Wolters Kluwer Law and Business, New York, 2013;
- CORDEIRO, A. Menezes - Da Responsabilidade Civil dos Administradores das Sociedades Comerciais, Lex-Edições Jurídicas, Abril de 1996;
- CORDEIRO, A. Menezes - Direito das Obrigações (vol. III) Publicação Lisboa: AAFDL, 1991;
- CORDEIRO, A. Menezes - Manual de Direito das Sociedades, vol. I, Das Sociedades em Geral, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2007
- CORREIA, L. Brito - Direito Comercial, 2º volume, Lisboa, AAFDL, 1987/1989
- COSTA, Ricardo - Responsabilidade Civil Societária dos Administradores de Facto, in Temas Societários (Instituto do Direito das Empresas e do Trabalho, Colóquios, n.º 2), Almedina, 2006;
- CUNHA, P. Olavo - Direito das Sociedades Comerciais, 3.ª ed., Coimbra, Almedina, 2007;
- DUDEK, Karla in Directors' Liability: A Worldwide Review, Third Edition, Alexander Loos ed., 2010;
- FARIA, Clara B. Lourenço de - O Seguro D&O e a Proteção ao Patrimônio dos Administradores, Almedina, 2015;
- GERDING, Eryk in Directors' Personal Liability for Corporate Fault: A Comparative Analysis, Helen Anderson ed., Kluwer International, 2008;
- GOMES, Fátima - Remuneração de administradores de sociedades anónimas “cotadas”, em geral, e no sector financeiro, em particular, in Direito das Sociedades em Revista, I Congresso, Almedina, 2011;
- LEITÃO, L. Menezes - Direito das Obrigações (vol. III), 11ª Edição, Almedina, 2016;
- NETO, Abílio - Código das Sociedades Comerciais: Jurisprudência e Doutrina, Ediforum, 2007;
- NUNES, P. Caetano - Dever de Gestão dos Administradores de Sociedades Anónimas, Almedina, 2012;

PEREIRA, A. L. Dias, Direito Comercial das Empresas, Apontamentos Teórico-Práticos, 2ª Edição, Juruá Editora, 2015;

PINTO, C. A. Mota - Teoria Geral do Direito Civil, Reimpressão da 4.ª Edição, Coimbra Editora, 2012;

RAMOS, Elizabete Gomes - O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores, Almedina, 2010;

RAMOS, Elizabete Gomes - Reembolso Societário, *in* Direito das Sociedades em Revista, II Congresso, Almedina, 2012;

RAMOS, Elizabete Gomes e ABREU, J. M. Coutinho de - Responsabilidade de Membros da Administração para com a Sociedade, *in* Código das Sociedades Comerciais em Comentário (vol. I), Almedina, 2017;

REGO, M. Lima - Contrato de Seguro e Terceiros: Estudo de Direito Civil, Coimbra Editora, 2010;

RIPIN, Robert e WINCKLER, Christopher, *in* Directors' Liability: A Worldwide Review, Second Edition, Alexander Loos ed., 2010;

ROMANO, R. - "What Went Wrong with Directors' and Officers' Liability Insurance", Delaware Journal of Corporate Law, vol. 14 (1989);

SERAFIM, S. Neves - Os deveres fundamentais dos administradores: o dever de cuidado, a *business judgment rule* e o dever de lealdade, Lisboa: ISCTE-IUL, 2010. Dissertação de mestrado. [Consult. 10/01/2017] Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/7270>](http://hdl.handle.net/10071/7270).

VARELA, J. Antunes e LIMA, Pires de - Código Civil Anotado, Coimbra Editora, 2010;

VARELA, J. Antunes - Das Obrigações em Geral (vol. I), 10.ª Edição, Almedina, 2015;

VASCONCELOS, P. Pais de - *D&O INSURANCE*: O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores e outros Dirigentes da Sociedade Anónima, Almedina, 2007;

VASQUES, José - Contrato de Seguro, Coimbra Editora, 2005.

ÍNDICE

DECLARAÇÃO ANTIPLÁGIO	II
AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	IV
ABSTRACT	V
LEGITIMIDADE E LIMITES DO REEMBOLSO SOCIETÁRIO NO CONTEXTO DO SEGURO D&O	
1. Introdução	1
2. O seguro de responsabilidade civil dos administradores ou <i>D&O Insurance</i>	3
2.1. Caracterização	3
2.2. Evolução histórica	7
2.2.1. Primeiros passos	7
2.2.2. Evolução da posição do tomador e dos riscos cobertos	9
2.2.3. A crise do seguro D&O	11
2.3 Segurador, tomador do seguro e segurado	14
2.4 Coberturas	17
2.4.1. Declaração inicial do risco e questionário	18
2.4.2. Delimitação da cobertura	20
2.4.3. Riscos acessórios	22
2.4.4. Exclusões	22
3. O reembolso societário	27
3.1. Caracterização e experiência internacional	27
3.2. A experiência portuguesa	29
3.3. Dever legal de reembolso	31
3.3.1. Aplicação analógica das regras do mandato	32
3.3.1.1. Regime do reembolso societário	34
3.3.1.2. Natureza jurídica do reembolso societário	39
3.3.2. Fundamentação orgânico-funcional	44
3.4. Limites do dever legal de reembolso	46

3.5. Convenções relativas ao reembolso societário	50
3.6. Órgão competente para decidir o reembolso; prevenção de conflitos de interesses	53
4. Conclusão	55
4.1. A complementaridade entre as coberturas oferecidas pelo <i>D&O Insurance</i> e o reembolso societário	
BIBLIOGRAFIA	57